

ATA N.º 0002/XI/2016

Sessão Ordinária de 29/04/2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º - **Relatório e Contas do ano de 2015;**
- 2º - **1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;**
- 3º - **Alteração à estrutura orgânica do Município;**
- 4º - **Proposta de celebração de Protocolo de Delegação de Competências com a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de Junho;**
- 5º - **Associação de municípios de fins específicos – Constituição e participação;**
- 6º - **Atos da Câmara.**

Em virtude da 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa que o membro da Assembleia João Daniel Baião de Brito Apolónia fizesse parte da composição da mesma. Sem objeções por parte deste órgão o membro da Assembleia acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- José Augusto Ribeiro Moura foi substituído nesta sessão por José Pedro Pais Pereira;
- Henrique Luis Gonçalves Batista foi substituído nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro foi substituída nesta sessão por Luís Alcino Rodrigues Barata;
- Cátia Cristina Pereira Tavares foi substituída nesta sessão por Fernando Alves Fernandes Gaio.

Verificação de ausências:

- Não se verificaram ausências.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs. Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba, Edgar Manuel de Almeida Cantante e Joaquim Inácio Raminhos Cabaça.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público presente.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia:

- 1º Requerimento, entregue ao abrigo do Estatuto de Oposição, a solicitar que o Relatório de Avaliação do Estatuto de Oposição 2015 seja objeto de discussão pública, apresentado pelo PS;
- 2º Saudação “Por um 1º de Maio dos Trabalhadores”, apresentada pelo PS;
- 3º Saudação “Ao 25 de Abril e à Constituição da República”, apresentado pelo PS;
- 4º Moção “Pela restauração das Freguesias”, apresentada pela CDU;
- 5º Moção “42º Aniversário da Revolução de Abril, 40º Aniversário da Constituição da República e 1º de Maio – Dia do Trabalhador”, apresentada pela CDU;

Em seguida foi apresentado, pelo **PS**, o seguinte **Requerimento**:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Moita

Os membros desta Assembleia, eleitos pela lista do PS, vêm, na sua qualidade de titulares do direito de oposição e, no estrito cumprimento do previsto nos n.ºs 2 e 3 do art. 10º da Lei nº24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), requerer que o Relatório de Avaliação do Estatuto de Oposição 2015 seja objeto de discussão pública porquanto:

1. Prevê a citada lei, no nº1 do art. 10º que as autarquias locais elaborem “*relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei*”.
2. O art. 4º da mesma lei prevê que os titulares do direito de oposição têm o direito a solicitar e a receber informações sobre assuntos de interesse para o município, e, mais importante, que seja prestada num prazo razoável.
3. É facto que os membros do PS apresentaram vários pedidos de informação verbalmente ou por escrito, alguns há mais de 2 anos, não tendo obtido, até ao momento, qualquer resposta.
4. Situação que claramente, contraria o teor do Relatório (V. pág. 3, parágrafo 4º).

Pela gravidade da situação, e atendendo à desconformidade existente, deverá o Relatório ser objeto de discussão pública nesta assembleia.”

Por ser do seu conhecimento que o relatório em apreço foi enviado ontem aos titulares do direito de oposição por *email*, informou que o requerimento supra, entregue à Mesa da Assembleia e por decisão desta, será aceite para discussão na próxima sessão da Assembleia, que se realizará em junho, com inclusão na respetiva ordem de trabalhos.

Informou ainda que a próxima sessão da Assembleia Municipal será descentralizada e que se realizará na União das Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Sr^a Filomena Ventura do PS

“Por um 1º de Maio dos Trabalhadores

Até 1886, os direitos sociais no trabalho eram apenas uma miragem. A revolta de 500 mil trabalhadores em manifestação nas ruas de Chicago, em luta por um trabalho digno, marcaria para sempre o curso da história do mundo laboral. Nesse sentido, o 1º de Maio de 2016, deverá prestar uma justa homenagem aos homens e mulheres que ousaram romper com a injustiça e exploração, numa marcha sangrenta onde muitos perderam a vida, na luta pelos direitos e que viriam a beneficiar as gerações futuras.

Os desafios atuais são diferentes mas igualmente desafiantes. Com uma taxa de desemprego no concelho de 13,2% no Censos de 2011, superior à média nacional de 12,1%, este drama social deverá merecer uma especial atenção nos próximos anos.

No atual ambiente económico em todo o mundo, a defesa dos trabalhadores é não só necessária como obrigatória. A luta por condições de trabalho, mais dignas, democráticas e justas, é atual e imperativa.

Apesar das transformações nas relações de trabalho desde 1886, só com uma justa repartição da riqueza e partilha do esforço de recuperação económica entre empresas e trabalhadores, será possível ultrapassar este período que vivemos em que a contratação coletiva foi quase anulada, onde em muitos locais de trabalho, existe um clima intimidatório e de repressão da defesa dos direitos laborais e da liberdade de expressão.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em 29 de Abril de 2016, reconhece a importância destes factos históricos e apela à participação cidadã de todos, nas comemorações do 1º de Maio próximo, para que este seja um momento agregador das várias gerações na defesa:

- Diminuição da desigualdade das remunerações entre homens e mulheres.
- Desenvolvimento dos recursos humanos quanto à qualificação, formação e aprendizagem permanente.
- Pelo diálogo social e compromisso.
- Pela paz social, justa distribuição da riqueza e crescimento económico.”

Solicitou ainda que, em caso de aprovação, fosse divulgada nos órgãos habituais.

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Manuel Marques da CDU

Congratulou-se pela proposta que o PS apresentou, embora tenha dificuldade em entender, e julgue que não tem grande cabimento, que se vá buscar Censos de 2011 para falar no desemprego, ou seja, há cinco anos atrás, o que não percebe uma vez que estão em 2016, quando há conhecimento do desemprego em 2016 e em 2015. Enfim, parece que o PS tem tendência para ir buscar o passado fora do contexto histórico que está no primeiro ponto mas depois, no final, diz assim “*pelo diálogo social e compromisso*” quando o diálogo social sempre existiu na sociedade portuguesa, os trabalhadores sempre o procuraram. Agora o compromisso, o que é isso? Pretende-se que haja um compromisso como quando viram na televisão grandes manifestações em Lisboa, no Porto, e noutros lados, em que o governo do PSD-CDS já estava praticamente de rastos e depois o Cavaco Silva chamou alguém a São Bento e foram negociar? Não sabe se é este tipo de compromisso mas é pena que se caminhe sempre para, de uma forma subtil, procurar encobrir.

O diálogo social está bem claro quando é referida a contratação coletiva porque isso é que é importante para os trabalhadores. Quando se fala em compromisso dos trabalhadores, se esse compromisso for com o patrão, os trabalhadores perdem sempre, sempre, nunca ganharam nada, nunca. Nenhum compromisso na concertação social trouxe benefícios aos trabalhadores.

É por estas duas questões que lamentavelmente, ainda que reconheça que está aqui um conteúdo interessante, tem dúvidas que se possa aprovar esta saudação de ânimo leve.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse querer clarificar que, para construir esta saudação, o PS consultou o *site* da Câmara Municipal da Moita e o Censos que lá está é de 2011.

Pedi ainda permissão para dizer que ouviu com muita atenção tudo aquilo que o Sr. Manuel Marques disse e, quando ele falou de compromisso não mencionou o PS, porque foi muito claro ao dizer que o governo do PSD-CDS estava demitido, que houve grandes manifestações e que este só se “aguentou” com o Cavaco Silva e, certamente, o Sr. Manuel Marques não põe em causa que alguém da bancada do PS estivesse a favor do governo cessante de Passos Coelho e Paulo Portas.

O diálogo social é cada vez mais preciso e é preciso o compromisso dos patrões em assinarem a contratação coletiva. Certamente o Sr. Manuel Marques concordará com a própria de que são duas das vertentes necessárias, quando vivem um tempo de ocultação de milhões que fogem aos impostos, deveriam garantir o estado social, mas isso estão cá para ver quais são as atitudes.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com doze votos a favor, sendo oito do PS, dois do BE, dois do PSD; dezanove abstenções da CDU.

Declaração de Voto da CDU apresentada pelo Sr. Nuno Cavaco

“Nós não votámos favoravelmente, que é a palavra certa, não votámos favoravelmente por dois motivos.

O primeiro motivo: não gostámos do tom das respostas da bancada do PS, nem entendemos que só se tenha dados no *site* da Câmara Municipal da Moita, isso é ter umas visões muito curtas para quem quer fazer uma análise, portanto não esclareceram a dúvida, isto é uma.

E a outra, achamos o documento muito fraco, um documento que não tem grande... É um documento que foi apresentado com coisas que ficam bem mas que, no essencial, tocam coisas com as quais nós estamos de acordo mas que não tocam naquilo que nós achamos que deviam tocar.

E aquilo que o meu camarada Marques dizia é tão-somente isto: quando se fala de 1º de Maio e de trabalhadores, e desta luta, fala-se em luta de classes, fala-se ...”

Sr. Luis Chula do PS

Interrompeu a declaração supra e solicitou um ponto de ordem à mesa.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia dizendo que é uma falta de respeito porque estava a justificar a razão pela qual se abstiveram.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu indicação ao Sr. Nuno Cavaco para concluir a declaração de voto.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que têm de o deixar pensar porque estava a falar e isto não se faz e julga que o Sr Presidente da Assembleia devia intervir.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Deu novamente indicação ao Sr. Nuno Cavaco para concluir a declaração de voto.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Pedi permissão para acabar, e para se queixar da Mesa, porque estava a pensar e foi interrompido.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Pedi desculpa por interromper e deu novamente indicação ao Sr. Nuno Cavaco para concluir a declaração.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que o Sr. Presidente da Assembleia vai ter de o deixar acabar quando entender porque estava a pensar e ao mesmo tempo estava a ouvir “*mas isto é o quê? isto é o quê?*”.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Pedi novamente desculpa mas a ser assim também vai ter de concluir a declaração de voto quando o próprio entender, uma vez que é quem está a dirigir a sessão.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Concluiu então a declaração de voto da CDU de acordo com o texto infra:

“Abstivemo-nos porque as justificações não são, não achámos necessárias, achamos o documento fraquinho e achámos que não toca no essencial porque se desvia do concreto que é a luta de classe e que não vem aqui referido”.

Declaração de Voto do Sr. Luís Morgado do BE

“Com certeza que todos compreenderão que esta declaração de voto foi respigada. Eu exatamente votei a favor porque não vejo nada e considero absolutamente ridículo toda a argumentação que veio daquele lado para justificar isto...”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Interrompeu para alertar para o facto de não estar a fazer uma declaração de voto.

Sr. Luís Morgado do BE

Respondeu que a anterior declaração também não o foi, e que o Sr. Presidente o admitiu, e que a gravação exatamente consubstancia e objetiva aquilo que está a dizer

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Interrompeu novamente dando indicação para que faça a declaração de voto.

Sr. Luís Morgado do BE

Disse que não tem sentido nenhum, em vivência democrática, argumentação desta, vazia, despidorada e de uma baixeza cultural que “faz favor”.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Mais uma vez alertou para o facto de não estar a fazer uma declaração de voto.

Sr. Luís Morgado do BE

Concluiu agradecendo ao Sr. Presidente e aos membros da assembleia.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Srª Dulce Marques do PS

“Ao 25 de Abril e à Constituição da República

Cumpriram-se 42 anos sobre o 25 de Abril de 1974.

Nesse dia, interpretando os desejos acumulados durante muitas décadas pelo povo português, iniciou-se um processo de Democracia e Cidadania que ficou consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Também se cumpriram 41 anos sobre as primeiras eleições livres para eleger a Assembleia Constituinte encarregue de redigir uma nova Lei Fundamental: a Constituição que é o garante dos direitos cívicos, económicos e sociais dos cidadãos.

Uma nova Constituição cuja aprovação e publicação, por estes dias se enaltece e se festeja, e que veio substituir a do regime do Estado Novo, a Constituição de 1933, consagrando, entre muitos outros, o direito ao voto em liberdade, o estado de direito democrático, a independência do poder autárquico e definindo com clareza a importância do regime parlamentar que recentemente deu provas de a saber interpretar, proporcionando os acordos que tornaram possível formar um governo de incidência parlamentar que devolveu a esperança aos portugueses.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em 29 de Abril de 2016, delibera o seguinte:

1. Saudar os Militares de Abril e o Movimento que em 25 de Abril de 1974, criou as condições para a instauração da Democracia e da Liberdade em Portugal.
2. Saudar todos os que contribuíram para a redação e aprovação da Constituição da República Portuguesa.
3. Saudar e apelar a todas as forças políticas, com especial destaque para aquelas que estão representadas na Assembleia da República e nas Autarquias, no sentido de dignificarem a nobre tarefa para a qual foram eleitas, respeitando os compromissos assumidos perante os eleitores, contribuindo para a credibilização da política e de transmitirem a indispensável confiança aos cidadãos para que estes acreditem que o voto é seguramente "a arma do povo".

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse querer tecer alguns considerandos a esta saudação porque nela constam algumas imprecisões como, por exemplo, na segunda linha do 3º parágrafo onde diz "*regime do Estado Novo*" porque não houve nenhum "Estado Novo" houve sim um "Estado Velho" chamado "regime fascista" e acha que era de substituir mas não irá por aí.

Mais disse não concordar com a 1ª deliberação, onde diz "*criou as condições para a instauração da Democracia e da Liberdade em Portugal*", porque os militares de abril e o movimento popular a 25 de abril culminaram o esforço e toda a dedicação que muitos antifascistas tiveram durante largos anos para combater e para criar estas condições. Foi portanto só um momento, foi um momento alto mas foi só um momento.

Por último disse não concordar com o 3º ponto porque o considera um bocadinho maternalista "*Saudar e apelar a todas as forças políticas, com especial destaque...*" e porque acha que não faz grande sentido. No entanto, pensa que no geral será de concordar apesar destas três notas que teve de dar.

Sr. Luís Morgado do BE

Disse estar de acordo com esta saudação porque é exatamente uma saudação, não é um tratado político. Num texto destes não se consegue descrever a luta de classes e, se alguém aqui ousa ser protagonista da luta de classes, gostava de ver aqui quem é que dirigiu e organizou lutas de trabalhadores, por acaso até gostava de ver, perante a forma como às vezes se contesta um documento destes.

Acha que estão hoje aqui, já perante a anterior saudação mas também nesta em concreto, em posições perfeitamente forçadas, querem estar distantes porque hoje decidiram estar distantes, apenas isto. Não há justificação e é ridículo em democracia, desta altura, pugnar-se por implementar uma vivência destas.

Concluiu dizendo que não está mesmo afeito a isto, embora abrilhantado com os lindos cravos que a Mesa tem, porque exatamente este tipo de intervenções não coaduna nada com isto, nada mas mesmo nada. Não estava à espera de uma coisa destas hoje e ainda por cima perante textos destes. É que é tudo forçado, não tem "trambelho". Ser maioria absoluta só por estupidez permite uma coisa destas.

Sr. Vicente Merendas da CDU

Disse que há toda uma campanha que se tem vindo a desenvolver, há alguns anos a esta parte, de branqueamento do regime fascista, em que este deixou de ser regime fascista e passou a ser "Estado

Novo”, porque “queima” um pouco a algumas pessoas chamar fascista a esse regime fascista que prendeu, torturou e matou.

Concluiu sugerindo, apenas isso, que a bancada do PS substituísse o “Estado Novo” por “regime fascista”.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Questionou os elementos da bancada do PS sobre a alteração sugerida os quais deram indicação de que não haverá qualquer complemento ao texto inicialmente proposto.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE; quatro abstenções, sendo duas da CDU, duas do PSD.

Sr. Luis Chula do PS

Solicitou um ponto de ordem à Mesa para questionar o Sr. Presidente, e disse que se isto prende com a situação que esta a decorrer hoje mas também em assembleias anteriores, porque normalmente, na forma como gere estas sessões, costuma pedir aos membros da Assembleia para se inscreverem durante o momento em que um dos membros está a falar. Mas, se só tem uma inscrição e se no decorrer da intervenção desse membro da Assembleia se suscitarem questões que devem ser rebatidas nunca vai haver essa possibilidade porque entretanto fecharam as inscrições, ou seja, deveria haver sempre a capacidade de retorquir as afirmações que estão a ser proferidas, porque assim ficam um bocado limitados e gostaria de responder.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse que registou mas que como presidente tem uma forma de condução destas sessões e se forem por uma metodologia em que em cada intervenção se aceitem outras intervenções passarão a ter mais “n” intervenções. É portanto uma questão de metodologia, e se o presidente está mal então demita-se o presidente, porque também já repararam que algumas vezes, em função também das intervenções que são pedidas, para além de serem pedidas durante a primeira intervenção também o são durante o período da segunda ou da terceira.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Pedi a palavra porque quer dar razão ao Sr. Luis Chula porque ainda agora na votação da saudação houve uma pessoa que se absteve porque não ouviu a discussão que queria e porque achava que devia haver discussão sobre o assunto. Sugeriu por isso que o Sr. Presidente, ainda que mantenha o seu critério que ninguém o questiona...

Sr. Luís Morgado do BE

Interrompeu a intervenção supra e disse que o Presidente da Mesa da Assembleia não tem que ir à escola.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Pediu contenção ao Sr. Luis Morgado, disse-lhe que agora é ele quem “está a saltar a corda” e que se pretender também lhe dará a palavra.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Retomou a intervenção sugerindo que, e concordando com o método que está a cumprir, não permita as inscrições somente no período em que decorre a 1ª intervenção, porque isso é limitador, mas se as fixar na 2ª ou na 3ª intervenção parece-lhe que ficará tudo bem.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Questionou se o Sr. Luis Morgado pretendia ter o uso da palavra.

Sr. Luís Morgado do BE

Disse que não pretendia mas que as coisas têm regras e tem de haver respeito pelos outros, não é funcionar a maioria.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Disse-lhe que a sua adjetivação em relação ao “saltar a corda” insere-se naquilo que acabou de referir que é o respeito e que acha que não houve, e reiterou que tomou a devida nota relativamente à metodologia que utiliza.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

“Pela restauração das freguesias

O processo de extinção/agregação de centenas de freguesias concretizados com a Lei n.º 11-A/2013, insere-se num objetivo, mais amplo de liquidação do Poder Local Democrático, conquista de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a Troika e da redução da despesa do Estado e à semelhança do que aconteceu com outros serviços públicos, a extinção /agregação de freguesias, inseriu-se no processo de redução do Estado, do número de trabalhadores, de concentração e centralização, que significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos e com isso, um maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e da função das autarquias na organização do poder local, entre outras perdas.

Pelo contrário, a reforma administrativa imposta pelo governo, não significou poupanças do erário público, resultando mesmo em encargos para as freguesias. Esta reforma, que não teve em conta a opinião dos órgãos autárquicos, agravou os principais problemas com que as freguesias se confrontam.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 29 de Abril de 2016, delibera:

- 1) Reafirmar a exigência da restauração das freguesias extintas contra a vontade do povo e dos respetivos órgãos autárquicos.
- 2) Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias para a restauração das freguesias e apoiarem todos os processos que visem o mesmo objetivo, apelando desde já que apoiem a iniciativa legislativa do Partido Comunista Português com vista ao mesmo objetivo.

Após aprovação desta Moção se deve dar conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, às autarquias do concelho da Moita e à Comunicação Social Local.”

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Srª Filomena Ventura do PS

Começou por dizer que alguns dos presentes já integravam esta Assembleia Municipal quando tiveram o grato exercício democrático de construir um só texto contra a agregação, a extinção das freguesias deste concelho, para que não restem dúvidas da posição da bancada do PS, aliás as atitudes da bancada do PS falam sobre essa mesma posição.

Tem no entanto uma dúvida, porque nesta moção fala-se da necessidade de apoiar uma iniciativa do PCP, obviamente a decorrer na Assembleia da República, e a própria não conhece a iniciativa e nem sabe quando é que ela estará agendada na AR uma vez que, graças às novas tecnologias, acabou de consultar o *site* da AR e não está agendada para discussão, pelo menos no plenário, até ao dia 8 do mês de junho, ainda que possa estar nas comissões que compõem a AR, pelo que gostaria muito de ser esclarecida, nas linhas gerais, sobre quais serão as iniciativas legislativas que o PCP irá levar à AR, e isto mesmo numa

postura democrática porque as atitudes do PS falam por si e porque tiveram o grato prazer de construir um só texto nesta Assembleia Municipal contra a extinção das freguesias do Concelho.

Sr. Luis Morgado do BE

Começou por dizer que estão plenamente de acordo com o teor da moção e que irão votar a favor.

O próprio particularmente, não conhecendo em detalhe o documento que o PCP irá apresentar mas, também como leitor do *Avante!*, conhece os objetivos naturalmente sinceros, uma vez que também se encontraram muitas vezes em manifestações neste combate contra a extinção de freguesias, pelo que vai naturalmente aprovar esta moção, embora sem ainda conhecer todos os detalhes do documento, porque pensa que perante a experiência do PCP, que com certeza não concerne as coisas que aqui aparecem nesta Assembleia mas outras, porque a sua história é mais pesada, por certo que é uma coisa ponderada e que merece à distância, e desconhecendo os detalhes, toda a sua confiança.

Sr. Luis Chula do PS

Perante o que a sua camarada Filomena Ventura disse julga que não restam dúvidas à Assembleia sobre qual é o posicionamento que o PS tem aqui nesta bancada, no seu todo e no parlamento, a propósito da questão das freguesias e da lei que extingui e fundiu, ou agregou, algumas delas.

Contudo, a questão que se coloca é com a parte final desta moção, mais concretamente com o apelo ao apoio à *"iniciativa legislativa do Partido Comunista Português com vista ao mesmo objetivo"*, primeiro porque não define qual é o objetivo, é muito vago, é muito lato, depois porque o próprio não conhece, e julga que os membros da bancada do PS também não conhecem, o conteúdo desta iniciativa legislativa e, naturalmente, que não se sentem suficientemente à vontade para "passar um cheque em branco" e aprovar esta moção.

Mais disse que esta moção seria absolutamente aprovada pela bancada do PS, e deve dizer que conhecia a moção, tirando este parágrafo, porque é praticamente uma cópia daquilo que tem vindo a ser apresentado nas assembleias de freguesia pelo que, naturalmente, votariam a favor porque aqui no concelho são, como a sua camarada Filomena disse, a favor de que sejam repostas as freguesias que foram agregadas, mas são a favor daquilo que o governo neste momento propõe que é rever, de facto, a problemática das freguesias, ouvindo a ANAFRE e ouvindo os autarcas das freguesias que têm de ser corrigidas, e é esta a posição da bancada do PS.

Neste momento, não "passarão um cheque em branco" sobre um documento ou uma iniciativa que não conhecem, que não está aqui explicitada e que poderá não ser do seu acordo. Pelo exposto, ir-se-ão abster, lamentando sinceramente, porque teriam todo o interesse em votar a favor, uma vez que consideram que o tema e a problemática da fusão, da agregação e da supressão de freguesias deve ser revisto, mas não têm condições para estarem a dar o assentimento a uma iniciativa que não conhecem e que não está aqui explícita.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Começou por dizer que terá todo o gosto em elucidar os companheiros do PS e recordou que o PCP tem uma característica muito própria que é dizerem quase sempre a mesma coisa, mudam de opinião quando têm de mudar, mas nesta situação não mudaram de opinião e o que dizem, e que outros dizem mas que o PCP sempre disse, é que exigem a *"restauração das freguesias extintas contra a vontade do povo e dos respetivos órgãos autárquicos"*, ou seja, todas as freguesias extintas cujos órgãos autárquicos se pronunciaram contra e o governo assim não o entendeu devem ser restauradas, o que está muito claro no ponto 1) da moção.

O ponto 2) apela não à questão de um apoio incondicional ao PCP, o que lhe parece que está a causar algum conflito, mas a todos os processos que visem o mesmo objetivo, e que está claramente escrito, sejam do PS, do BE, do PCP ou de Os Verdes, que também já entraram com um processo, pelo que o que estão aqui a fazer é um apelo a que se apoie esta ideia da restauração das freguesias extintas contra a vontade do povo e cujos órgãos autárquicos se pronunciaram contra.

Informou que ao contrário do PCP, e não querendo atacar ninguém porque são factos, há quem evolua, chamemos-lhe assim, porque o PS, pela boca do então secretário-geral António Costa, e na campanha eleitoral para as eleições legislativas, garantiu que se fosse primeiro-ministro iria restaurar todas as freguesias que foram extintas contra a sua vontade. Agora o secretário-geral diz o contrário, diz que vão

ver como é que isto fica, nem fica tudo como está nem fica tudo como estava, portanto evoluíram, e admite que seja legítimo, mas que se esclareça.

Referiu ainda que quando se diz aqui “*de acordo com a ANAFRE*” o próprio não concorda com isso porque, apesar de serem membros da ANAFRE, esta muitas vezes tem uma posição contra os seus associados. Estão aqui freguesias membro da ANAFRE e todos os presentes sabem que o que é decidido em congresso muitas vezes não é o que a direção faz. Ainda que ache que nesta direção não houve nenhuma situação dessas, e daí terem que dar o benefício da dúvida e acreditar, na anterior, com o presidente Armando Vieira, o congresso determinava uma coisa e a direção fazia outra, porque o próprio teve em reuniões a defender uma plataforma e a ANAFRE defendia a extinção de freguesias contra os seus associados.

Concluiu reiterando que o que dizem aqui é que quem é a favor da restauração das freguesias que foram retiradas ao povo, contra a vontade do povo e contra a opinião dos respetivos órgãos autárquicos do país inteiro, deve votar a favor e deve apoiar todos os processos que visem esta restauração de freguesias, quem é a favor da extinção das freguesias e sua agregação não deve votar a favor do documento.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezanove da CDU, dois do PS, dois do BE; dois votos contra do PSD; seis abstenções do PS.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Sr. Fernando Gaio da CDU

“42º Aniversário da Revolução de Abril, 40º Aniversário da Constituição da República e 1º de Maio – Dia do Trabalhador

Considerando que assinalamos este ano o 42.º aniversário da Revolução de Abril e o 40.º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição de 2 de Abril de 1976 acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do país com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República Portuguesa foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que o 1.º de Maio representa uma incessante, dura e heroica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano.

Considerando que é necessário ter em conta estas lutas e não persistir no agravamento da exploração, sendo tempo de respeitar a dignidade de quem trabalha e cria a riqueza;

Considerando que os valores permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípio e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 29 de Abril de 2016, delibera:

- 1 Homenagear os deputados constituintes, eleitos nas primeiras eleições livres, em particular os do nosso concelho, que dando corpo às sementes lançadas pela Revolução e à luta dos trabalhadores e do povo aprovaram a 2 de Abril de 1976 a Constituição da República. Constituição que os trabalhadores e o povo a tornaram uma realidade concreta na defesa dos seus interesses e é a base para uma política ao serviço do país.
- 2 Saudar os trabalhadores, o movimento associativo, os eleitos autárquicos e a população do nosso concelho, pelo empenho, participação e alegria nas diferentes iniciativas comemorações do 25 de

Abril com particular destaque no desfile que desaguou na Praça da República desta Vila, numa clara demonstração da identidade com o ideal de Abril e das suas conquistas.

- 3 Saudar todos os trabalhadores e o 1.º de Maio – Dia do trabalhador e apelar aos trabalhadores e à população, para se associarem às suas comemorações dando continuidade a Abril na defesa das suas conquistas e dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Após aprovação, a presente Moção deverá ser enviada aos órgãos de comunicação social locais e regionais, às autarquias locais do concelho da Moita, grupos parlamentares e movimento associativo do Concelho da Moita.”

Colocada a saudação à discussão intervieram os seguintes membros:

Srª Filomena Ventura do PS

Começou por dizer que seguiu a leitura desta moção com muita atenção, que obviamente todos respeitam, independentemente de acharem que houve ou não provas de desvirtuamento e descaracterização, mas há um garante da lei geral que é a Constituição e essa Constituição da República surgiu com a revolução de Abril, sendo que hoje estão aqui por causa da revolução de Abril, alguns dos presentes são trabalhadores e obviamente comemoram o 1º de Maio.

No entanto, surgiu-lhe uma dúvida, e hoje está propensa a pedir esclarecimentos, porque ao ler o 5º parágrafo da moção e o ponto 3 da deliberação proposta não percebeu onde está, de forma clara, inscrita a luta de classes e gostava que a esclarecessem quando se refere o 1º de Maio.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que vai colocar uma questão porque este é um dia interessante. Em primeiro lugar disse que não é necessário que a “luta de classes” esteja expressa nos textos porque ela está expressa na vida, no dia-a-dia e, exemplo disso, é o facto de hoje estarem no 41º dia da Comuna de Paris, exatamente há 145 anos, que durou setenta e poucos dias, mais foi uma marca medonha e ainda nessa altura, se houvesse as agências de informação que hoje existem, não podiam catalogar de comunistas, ou de socialistas, ou disto ou daquilo, porque Marx ainda não tinha muita influência, nem Engels, estavam-se a conhecer naquela altura.

Aliás, a primeira vez em que houve um argumento giro que foi “*ditadura do proletariado*”, foi uma argumentação que Engels usou já depois daquela traição toda que houve, e repare-se que a Comuna de Paris dá-se quando os traidores, os governantes de França, abdicaram e até autorizaram que o Imperador se tornasse Imperador em Versailles, tendo optado por Versailles em relação a Paris, e tiveram ajuda dos invasores para exterminar a Comuna de Paris.

Ora, estão exatamente numa data interessante porque aqueles que tiveram na reunião de 1884 para definir um dia e uma data para o trabalhador estavam exatamente mediante três propostas em que as que figuraram mais foi a data da Comuna de Paris, que era 18 de março, ou a data dos acontecimentos nos Estados Unidos. Ai prevaleceu, naturalmente, a emotividade da circunstância, até porque havia a marca dos emigrantes italianos naquela luta do proletariado nos Estados Unidos, marca essa que era importante enfatizar porque se estava a explorar um novo continente, tendo sido por isso uma decisão geopolítica optar pelo 1º de Maio e não pela data da Comuna de Paris, mas exatamente hoje estão a festejar o 41º dia de há 145 anos.

O pessoal definhava e marcou a Europa toda, não na velocidade do telemóvel que hoje temos mas na velocidade dos tempos. Por exemplo, determinou em Portugal aquilo que se veio a chamar a “geração de 60” e que foi construída por nomes como Antero de Quental, Augusto Seromenho, Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Saldanha Saraga, Eça de Queiróz e muitos outros. Esta gente criou e marcou o cenáculo, e o cenáculo fez, no casino em Lisboa, imensas iniciativas, mas é claro que houve um dia em que a Santa Madre Igreja, por seu ministro do reino António José de Ávila, proibiu o Saldanha Saraga de intervir sobre um escrito de Renan sobre a vida de Jesus Cristo, apenas isto, e a partir daí o cenáculo foi impedido.

Mas, a questão que se põe é que a Comuna de Paris foi entusiasticamente aplaudida no casino e, de facto, por uma iniciativa de Antero de Quental, de Oliveira Martins e de Eça de Queiróz, nessa altura ainda não havia nada de marxismo.

Ainda sobre a "*ditadura do proletariado*", para todos rirem um pouco e verem o que fazem as agências, esclareceu que esta expressão foi um artifício que surgiu em Engels ao responder a um artigo de um jornal porque exatamente o filho de Alexandre Dumas, Dumas Júnior, acusava aquilo que se tinha passado em Paris de ser uma ditadura e ele, às tantas, disse que só se fosse uma "*ditadura do proletariado*" porque a circunstância da Comuna de Paris, neste 41º dia, é que de facto os trabalhadores, o povo, começaram a provar a possibilidade de ser poder, da democracia poder ter significado, da cidadania ter significado.

Hoje, bem ou mal, a circunstância em que vivemos resulta da Comuna de Paris, e das muitas realizações que houve após esta, sempre situada na luta pela dignificação do trabalho que é isso que é o 1º de Maio, e trabalho significava instrumento de tortura na origem latina, ora trabalho era expiação.

A dignificação do trabalho, quer-se goste quer não, tomou forma exatamente como na Comuna de Paris, porque só foi possível realizar-se, embora derrotada, porque já existiam fortes organizações sindicais.

O sindicalismo, quer-se goste quer não, em todas as suas vertentes, marcou uma evolução nas relações sociais, exatamente assente naquilo que mais dignifica o ser humano que é o trabalho, sem trabalho não há escrita, sem trabalho não há investigação, sem trabalho não há alface, não há repolho, sem trabalho não há nada, sem saber não há nada, e isso é trabalho.

Quer se queira quer não, goste-se ou não se goste, o sindicalismo marcou definitivamente, e mesmo para aqueles que não gostam e que ficam todos arrepiados quando há uma greve, que ficam todos enojados, coitadinhos, a verdade é que a vivência social de hoje é determinada, a qualidade de vida, em boa parte, é determinada pelos passos que se deram neste percurso da luta pela dignificação do trabalho.

Concluiu recordando que estão no 41º dia da Comuna de Paris e apelou a que, quando lá forem, não se esqueçam de ir visitar aquela grande parede onde tantos e tantos foram fuzilados.

Sr. João Pedro Figueiredo da CDU

Disse que não irá entrar em grandes considerações históricas, pelo menos anteriores ao século XX português, mas sim tentar explicar à bancada do PS qual o motivo por que apresentaram esta moção e por que motivo é que acham que ela reflete aquilo que é a conceção da CDU de "luta de classes".

Começa, por exemplo, no segundo parágrafo onde faz referência não ao golpe militar do 25 de Abril mas sim à revolução de Abril, revolução essa que surge na sequência do golpe militar mas que é o reflexo de uma luta de classes, uma luta de classes que vinha de trás e que continua depois, portanto a "luta de classes" está lá.

Quanto ao 1º de Maio disse que este "*representa uma incessante, dura e heroica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos*", que é o que lá está escrito e é expressa na rua, é expressa nos locais de trabalho, é expressa em todo o lado e há um lema, muito usado em questões do ambiente, que diz "pensar global e agir local", que significa que temos de pensar no bem comum, no bem global do planeta, do meio onde estivermos, mas temos de ser nós a fazer o nosso quinhão, temos de ser nós a fazer a nossa parte e é essa parte que os eleitos da CDU fazem com muita regularidade.

Algo que, por exemplo, fazem é participar localmente nas manifestações de comemoração do 25 de Abril e do 1º de Maio, como fizeram no passado dia 25 de abril aqui na Moita, e gostavam de ter visto lá mais eleitos do PS por exemplo, mas não viram.

Concluiu dizendo que a "luta de classes" é feita em todo o lado, é feita aqui, é feita na empresa e é feita quando falamos com os nossos amigos ou quando comentamos, que espera ter esclarecido e que espera que a Srª Filomena não volte a ter dúvidas sobre o que é a "luta de classes".

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD.

Declaração de Voto da Srª Filomena Ventura do PS

"Lamento que desta moção que votei favoravelmente não surjam atitudes quotidianas em consonância."

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

Sr. Vicente Merendas da CDU

Começou por dizer que esta sua intervenção tem como objetivo deixar uma palavra de solidariedade para com os trabalhadores da Metalúrgica Central de Alhos Vedros, empresa que é uma das principais empregadoras da freguesia de Alhos Vedros e do concelho e que tem uma situação muito complicada para os seus trabalhadores, com salários em atraso desde dezembro de 2015 e, neste momento, há trabalhadores com contrato suspenso e trabalhadores a rescindirem os seus contratos para começarem a receber o subsídio de desemprego.

O sindicato que tem vindo a acompanhar a situação já denunciou a ausência de diálogo por parte dos anteriores responsáveis da empresa e do atual acionista maioritário e, apesar do sindicato ter solicitado uma reunião conjunta com todas as partes, a Unidade Local do Barreiro da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho ainda não teve qualquer intervenção, sendo que há instalações que já estão fechadas, o que pode pressupor uma perspetiva de um processo de insolvência.

Quis saudar a posição que a Câmara Municipal teve ao reafirmar toda a sua disponibilidade para colaborar com a administração, com os trabalhadores e com os seus órgãos representativos, no que estiver ao seu alcance, nos esforços de viabilização da empresa e na defesa dos postos de trabalho, o que vem na linha da postura que sempre assumiu na defesa do tecido empresarial da região e do nosso concelho, e da manutenção do emprego.

Aliás, como já foi aqui referido nesta questão do desemprego, lembrou a atitude que a Câmara Municipal teve na altura da destruição e encerramento de empresas no concelho, como foi o caso da NORPORTE e outras, porque quando foi necessário enfrentar inclusivamente a própria GNR lá estava o atual Presidente da Câmara, lá estava o presidente da altura a ombrear e a fazer frente, juntamente com os trabalhadores, para evitar que a empresa fosse encerrada, e o próprio sabe quem lutou, sabe quem se absteve e sabe quem apoiou.

Concluiu informando que o Grupo Parlamentar do PCP vai tomar uma posição na Assembleia da República questionando o governo e deixou, da parte da bancada da CDU, além da solidariedade para com os trabalhadores, a garantia de que neste momento difícil que atravessam podem contar com eles para defender os seus postos de trabalho, os seus direitos, a manutenção da empresa e para evitar mais destruição do aparelho produtivo do nosso concelho, ou seja, mais desemprego.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse estar encantado com o decorrer da sessão e perplexo, encantado por ouvir a intervenção histórica do seu amigo Morgado que, como sempre, os delicia com estes apontamentos históricos a que todos os presentes se sentem ligados. Por outro lado, crê que há um excesso de dialética, romantismo e ideologia que, no seu entender, se encontra um bocado desadaptada ao momento histórico que hoje estão a viver. O facto de termos hoje uma governação da qual fazem parte os partidos maioritários nesta assembleia leva-o a crer que há aqui um excesso de romantismo que não abunda, não é saudável, nem é necessário para o momento que vivem.

Tem ouvido, nestes últimos dias, intervenções de pessoas que merecem toda a consideração e respeito, na medida daquilo que representam, como o é o atual Presidente da República, aquando da visita a Santarém para homenagear um dos principais membros da revolução de Abril, ou quando ouviu ontem na rádio o ex-presidente Ramalho Eanes, e tudo aponta no sentido de uma clarificação calma e tranquila que, segundo essas mesmas personagens, o país necessita e de que o próprio é partidário.

Todavia, parece-lhe que há algum excesso de natureza ideológica e, na sua análise, o comportamento da Assembleia Municipal não é compatível com o comportamento da Assembleia da República, ou seja, há uma diferenciação que gostaria de assinalar.

Entretanto, por todas as questões aqui reveladas, as saudações e as moções, e por estar por dentro de todas as questões relacionadas com o antes do 25 de Abril, disse que gostava de recordar aqui um pequeno documento que lhe veio parar às mãos. Tem uma imensidade de documentação do período da ditadura relacionado com momentos históricos e há bocado, sem querer até, quando estava a preparar a documentação para a Assembleia, veio-lhe parar às mãos um comunicado de 73 que pediu permissão para ler, uma vez que é muito curto, bem como pediu permissão para referir o que foi este povo, a luta

deste povo, numa simbologia de liberdade mas também de unidade, e é essa unidade que lhe parece que estão a querer procurar recordar, no sentido em que talvez fosse necessário terem alguma consideração por essa unidade com que se criou a liberdade do 25 de Abril.

Leu então o documento que se refere às eleições de 73 e que dizia o seguinte:

"Comunicado à População do Distrito de Setúbal

Nos termos da Lei o recenseamento eleitoral para as eleições de deputados à Assembleia Nacional encontra-se aberto desde o dia 2 de Janeiro até ao dia 15 de Março do ano corrente.

Os democratas do Distrito de Setúbal têm ainda bem presente o entusiasmo que se gerou no período das eleições de 69 com a sua participação em massa nas sessões de propaganda realizadas, mas não esqueceram ainda o desgosto que muitos sentiram por não terem podido exercer o seu direito de voto pelo facto de não se haverem inscrito no recenseamento eleitoral.

Com o conhecimento resultante dessas experiências e conscientes portanto da importância de que se reveste o recenseamento eleitoral, quando se avizinham as eleições de 73, os abaixo-assinados democratas do Distrito de Setúbal constituíram-se em comissões democráticas de recenseamento, com o fim de esclarecerem as populações sobre os objetivos do recenseamento e sobre os modos de nele se inscreverem por forma a que nenhum democrata fique por recensear.

Estas comissões estão abertas a todos os democratas que desejam participar na campanha de recenseamento a qual deverá desenvolver-se com a instalação de postos de recenseamento em todas as freguesias, nomeadamente nas coletividades, nos cafés, nas próprias Juntas de Freguesia e em todos os locais utilizáveis para o efeito."

A título de recordação, e sobre os postos de recenseamento, disse que um dos postos que funcionava no concelho da Moita era num armazém do qual era, e ainda é, arrendatário na rua de São Sebastião.

Foi mandatário das eleições em 79 e quis referir que neste documento distrital, que apela à população para se recensear e em que estão inscritas cento e setenta pessoas, é curioso verificar agora que apenas estão inscritos cidadãos de seis concelhos que são da nossa zona, daí que a nossa zona seja predominantemente a zona mais revolucionária do distrito e do país. A título de curiosidade referiu que dos nomes inscritos naquele documento vinte e sete pessoas são da Moita, trinta e duas do Barreiro, vinte e duas de Setúbal, vinte e duas do Seixal, trinta e seis de Almada e cinco de Palmela.

Podia fazer outras referências sobre algumas questões que foram colocadas, o que foi ou não a ditadura, o Estado Novo e por aí adiante, para dizer que o mundo mudou, o mundo mudou e o próprio sabe que algumas pessoas que hoje são bem referidas, bem aceites e que são cidadãos de primeira neste concelho, foram pessoas que colaboraram diretamente com o fascismo, todavia é preciso ter isto em conta, ter tranquilidade e saber conviver com o espaço em que vivemos.

Terminou dizendo que foi Presidente de Câmara num período excecionalmente difícil e uma das coisas das quais se orgulha foi de não exercer diversidade entre os cidadãos do seu concelho, nem dentro da Câmara, nem fora da Câmara e funcionou, embora membro do PCP desde 1957, no sentido da democracia plena no seu mandato.

Sr. João Figueiredo da CDU

Informou a Assembleia que reuniu, no passado dia 28 de abril, a Comissão Permanente de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos com a presença do Sr. Vereador Miguel Canudo, do Sr. Vice-Presidente do Conselho de Administração e da Sr. Administradora-delegada Susana Camacho da S.energia, cujos pontos da ordem de trabalhos eram a própria S.energia e o Plano de Ação para a Energia Sustentável.

Atendendo a que nas últimas sessões da Assembleia Municipal surgiram uma série de dúvidas sobre qual seria a função da S.energia e quais seriam as implicações deste Plano, e que no decorrer desta reunião todas as questões colocadas foram esclarecidas, bem como foram apresentadas mais algumas, considera que esta Comissão fez aquilo que está na sua função.

Sr. João Faim da CDU

Informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico e Social reuniu no passado dia 4 de abril, com os membros dos vários partidos representados nesta Assembleia e com a presença da Sr^a Vereadora Vivina Nunes, cuja ordem de trabalhos foi a situação económica e social do concelho em que se abordou, entre outros aspetos, as questões relativas à CPCJ, que também já aqui tinham sido colocadas, e algumas questões relativas ao balanço social que é feito no concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Relatório e Contas do ano de 2015

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três votos contra e uma abstenção, em reunião da Câmara Municipal realizada em 13/04/2016:

“Em conformidade com o estabelecido na alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2015, pelo que se submete os mesmos a apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Antes de apresentar a proposta quis dar nota de que o Sr. Vereador Miguel Canudo iria estar presente mas por motivo de atraso numa consulta médica, eventualmente, já não chegará em tempo útil, mas o restante executivo está todo presente.

Continuando disse que o relatório que é apresentado procura ser suficientemente detalhado para dar uma panorâmica correta da atividade municipal ao longo do ano que findou sem, no entanto, se tornar excessivo e ainda assim pensam que sessenta páginas é um número bastante razoável para se apresentar um relatório.

Aquilo que quer salientar, porque não irá reproduzir aqui tudo aquilo que é afirmado, é o facto de pensarem que o ano de 2015 foi um ano positivo do ponto de vista da atividade municipal, sendo que este positivo naturalmente tem que ser encarado com a relatividade que estas têm, isto é, positivo face às circunstâncias, face aos recursos e face ao contexto, mas é positivo porque a primeira prioridade da atuação do executivo é garantir os serviços públicos prestados pelo município às populações, esse é o objetivo fundamental ao qual, naturalmente, é dedicado grande parte dos recursos do município porque, no entendimento do executivo, essa é a primeira obrigação e os serviços são diversificados.

Quando se fala de serviços públicos fala-se de serviços públicos em diversas áreas que vão desde os serviços urbanos, ou seja, do fornecimento da água, das redes de saneamento, dos parques e jardins, dos arruamentos e da higiene pública até àquelas funções de âmbito cultural, desportivo e às outras todas que incumbem às autarquias no nosso país.

Têm conseguido, embora com dificuldades e com dificuldades que nalguns momentos se tornam bastante complicadas, manter o serviço público que prestam às populações e as dificuldades principais, neste momento, já não são sequer de carácter financeiro, porque a principal dificuldade que nos constrange é a falta de pessoal. As políticas de restrição de pessoal na administração pública, que duram há sete longos anos, estão a ter um custo extremamente elevado na capacidade dos serviços, nos serviços municipais e nos serviços em geral no país. Todos sabem aquilo que está a acontecer nos serviços públicos, na saúde, na educação, enfim em diversos serviços, e as autarquias não são exceção porque estão abrangidas e implicadas na mesma legislação que obrigou à redução de pessoal, redução essa que, para o executivo, como já têm referido nestes sete anos, desde que existem restrições, se situa em cerca de uma centena os trabalhadores que reduziram, e uma centena em oitocentos e pouco, que é que o tinham na altura, é uma percentagem significativa e esse, de facto, é o principal constrangimento.

O outro constrangimento que se reflete na atividade do município, que é evidente e inegável e que mais à frente abordará com detalhe quando falar da parte do orçamento, é uma fraca capacidade de investimento. As contas do município demonstram que têm poucas receitas de capital e portanto têm uma despesa de capital, particularmente no âmbito do investimento, porque nem toda a despesa de capital é no âmbito do investimento, que está aquém daquilo que desejavam e que a população anseia.

Contudo, e também neste âmbito, é preciso assinalar, e o relatório dá conta disso, que conseguiram e estão a conseguir dar satisfação a um conjunto de investimentos de extrema importância para o desenvolvimento e para as condições de vida das nossas populações, apesar dessas dificuldades. Concretamente, em 2015, decorreram e estão em fase final os investimentos, muito significativos, da rede de saneamento no Cabeço Verde e no Penteado, a obra de ampliação da escola nº2 no Bairro Gouveia, Alhos Vedros, foram feitas diversas intervenções significativas em espaço público, em asfaltamentos, em melhorias de intervenções, de aparentemente pouca monta mas que, todas conjugadas e com a importância que têm para os sítios onde são feitas, são de extrema importância.

Assinalou ainda intervenções diversas que estão identificadas uma a uma no parque escolar, ou seja, nas nossas escolas, que continuam a fazer todos os anos numa dimensão muito significativa, bem como assinalou a importância que teve, e o investimento que significou, mas fundamentalmente a importância que teve a requalificação das piscinas municipais do Parque José Afonso e o seu funcionamento sob gestão da Câmara Municipal que, de facto, permitiu o acesso a dezenas de milhar de pessoas ao longo dos dois meses e meio em que funcionou.

Outro aspeto assinalável, por aquilo que representa de avanço na resposta a um problema que foi aqui muitas vezes referido e que era um objetivo que tinham traçado desde o início do mandato, foi o executar do Parque Hortícola do Vale da Amoreira, parque esse que está a funcionar, os problemas estão a ser resolvidos e é um avanço significativo para a freguesia e para o concelho em geral, até por aquilo em que ele pode ser percussor.

Também é importante assinalar, porque é indispensável à eficácia dos serviços, a atenção que têm dado à conservação e à renovação dos equipamentos municipais, quer equipamentos imóveis, portanto os edifícios e os equipamentos públicos, quer equipamentos móveis porque, como disse, é indispensável para uma devida eficácia dos serviços que deem atenção, e dar atenção neste caso significa investir na renovação atempada dos equipamentos mecânicos que têm, das ferramentas, das instalações.

Considera ainda indispensável dizer, no âmbito do relatório, que nada da atividade do município seria possível sem os seus trabalhadores e que é, por vezes, quase milagroso, nas condições em que operam em determinadas alturas do ano e em determinados serviços, as respostas que, apesar de tudo, conseguem dar e a satisfação que se consegue dar aos problemas das populações. Em particular, no âmbito da higiene urbana e do apoio às atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo que ocorrem ao longo do ano, mas sobretudo na época de verão, ou seja, de abril até setembro, porque aquilo que se consegue fazer com os escassos recursos existentes é resultado do esforço, da entrega e do profissionalismo de muitos trabalhadores. Não pretende, naturalmente, num passe de mágica dizer que todos os trabalhadores são ótimos e que são perfeitos porque, como em todo o lado, as pessoas têm as suas características e os seus defeitos mas o que diz, sem sombra de dúvida, é que a grande maioria dos trabalhadores do município são pessoas que, do ponto de vista profissional e do ponto de vista de dedicação à sua comunidade, pedem meças a quaisquer outros.

Sobre os números disse que eles demonstram, desde logo, uma estabilização e, quer se entenda esta palavra num sentido mais positivo ou mais negativo, trata-se de facto de uma estabilização do orçamento municipal. Em sentido mais positivo porque, evidentemente, não havendo más notícias é uma boa notícia, em sentido mais negativo porque todos gostariam de ver um crescimento das receitas, de haver o cumprimento da Lei das Finanças Locais (LFL) porque só isso, por si, com a atual LFL, significaria um aumento de alguns milhões de euros no orçamento municipal, pelo que é preciso terem a noção que a LFL continua a não ser cumprida.

Todavia, os números revelam uma estabilização, um orçamento que há vários anos se mantém neste valor, grosso modo na ordem dos trinta milhões, neste caso um bocadinho acima com uma receita total de pouco mais de vinte e nove milhões de euros a que acresceram os três milhões de saldo transitado do ano anterior o que deu disponibilidades no ano de trinta e três milhões de euros.

Sobre o grau de realização da receita e da despesa global referiu que foi, respetivamente, de 97% e de 89%, e quis salientar que estes graus de execução, quer da receita quer da despesa, revelam um aprimorar da elaboração orçamental e a preocupação de fazer orçamentos que, efetivamente, sejam realistas e sejam adequados à realidade da Câmara, e isso comprova-se depois ao nível da execução.

Deu nota que a receita corrente foi de vinte e oito milhões oitocentos e setenta e seis euros e a despesa corrente de apenas vinte e quatro milhões quinhentos e sessenta e sete euros, portanto, houve um saldo corrente de mais de quatro milhões de euros e é esse saldo corrente que, aplicado em despesas de capital, permite efetivamente ter uma capacidade de investimento e um orçamento de capital que lhes permite

fazer aquele conjunto de intervenções que referiu anteriormente, despesas de capital essas que acabaram por totalizar seis milhões e duzentos mil euros.

Sobre os principais agregados da receita referiu que também aqui, como seria de esperar, o total não se altera, as parcelas sofrem pequeníssimas variações, como é observável nos quadros que acompanham a análise de execução orçamental, portanto os principais agregados de receita do município mantiveram uma estabilidade e têm pequenas variações.

Quanto àqueles que normalmente são objeto de maior atenção, que são os impostos, assinalou que o IMI, ao contrário de algumas especulações que sempre são feitas, afinal também aqui se revelou a correção dos números e das previsões do executivo porque teve um crescimento de pouco mais sete mil euros, num total que ainda não atingiu os sete milhões.

Os restantes impostos tiveram variações também muito pequenas em que o Imposto Único de Circulação teve uma redução, a Derrama teve um pequeno aumento e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que é um imposto mais variável, este sim teve um aumento mas que não é expressivo em termos do orçamento global, uma vez que é um valor que não é dos maiores no que diz respeito às receitas do município.

Sobre os principais agregados da despesa referiu que, naturalmente, também não se alteram e este ano há, mais uma vez, uma pequena redução nas despesas com pessoal que segue uma tendência de médio prazo que se tem vindo a manifestar e que tem as razões que já referiu inicialmente. Os outros agregados têm também pequenas variações que não são expressivas, portanto a repartição de encargos do município mantém, no geral, alguma constância ao longo dos anos e de novo, este ano, isso aconteceu.

Referiu que, como tem vindo a acontecer ao longo dos anos, procederam a mais uma amortização nos empréstimos de médio e longo prazo na ordem, grosso modo, dos dois milhões e meio de euros como está contratado e que portanto, também a esse nível, estão a cumprir o plano que foi acertado, quer o Plano de Saneamento Financeiro quer outros contratos de financiamento bancário que têm.

Mais referiu que o passivo de empréstimo de médio e longo prazo se situa, neste momento, nos treze milhões e seiscentos mil euros e que têm uma dívida a fornecedores de cerca de um milhão e duzentos mil euros, o que corresponde, grosso modo, a um mês de faturação o que é um bom resultado e revela que estão a cumprir as obrigações com os fornecedores atempadamente e de forma tranquila.

Por último, e quanto ao resultado líquido do exercício, que ao fim ao cabo não tem grande expressão porque o município é uma entidade pública, logo os lucros não são um objetivo, mas ainda assim e uma vez que a contabilidade agora exige que se calcule, informou que tiveram um milhão e quinhentos mil euros de resultados líquidos do exercício cujo único significado que tem é que se trata de uma gestão financeira económica equilibrada, que permite cumprir as obrigações, quer do ponto de vista do serviço público, quer do ponto de vista dos pagamentos.

Concluiu dizendo que não têm os recursos que queriam ter, não têm os recursos que deviam ter mas, dentro dos recursos que têm, estão a fazer uma gestão capaz de responder às necessidades das populações e capaz de manter a estabilidade económica e financeira do município.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luis Morgado do BE

Começou por dizer que, não mediante a intervenção propriamente mas do que se conhece de todo o documento, e tratando-se de contas e execução, não há nada a obstar, nada a obstar, e que, também neste documento, estão subjacentes opções que correspondem a opções políticas que, conversando com o Vereador do BE e com o seu amigo Chora, também não os incomodam logo, boa parte da intervenção do Sr. Presidente, não os incomoda.

Mas, também subjaz aqui um estilo de governação, um formato, um modelo de governação que já os incomoda porque exatamente para isto conhecem o que está no papel, conhecem os dados, conhecem os resultados mas, por exemplo, quando há aquelas reuniões nas freguesias, aqueles périplos pelas freguesias, e o próprio já se insurgiu um bocado com o seu amigo Raminhos porque se fosse ele no lugar do Vereador tinha convidado mais algum pessoal do BE e outros simpatizantes para irem distribuir uns comunicados à população no local onde há essas reuniões, onde o Vereador eleito em ato eleitoral,

exatamente como o Sr. Presidente e os outros demais vereadores a tempo inteiro, estão reunidos, mais os do PS que não irá integrar, o PS que fale por si, mas não têm, exatamente, lá entrada.

Fosse ele vereador, em cada reunião, estaria lá, acontecesse o que acontecesse, porque esta é a maioria absoluta, o retrato exato da maioria absoluta a funcionar, quando em si, desde que se conhece e lendo, por exemplo, os desejos dos comunistas, a partir das palavras necessárias de Bento Gonçalves sobre a regionalização, o municipalismo, porque aí não se falava ainda das autarquias, não encontrou, até hoje, nenhum congresso, nenhuma proclamação, nenhuma resolução do PCP que admita um funcionamento, um modelo, um estilo, exatamente como este.

Longe de si, e até do Chora porque já conversaram sobre isto, por em causa as contas aqui nesta Assembleia ou por em causa as opções políticas da CDU, nem sequer põem isso em causa, põem em causa o estilo de governação, a imposição, a forma de trato e o limite de participação das pessoas que começa por aqui, porque todos se esquecem que estão a trabalhar e a viver numa maioria absoluta que, exatamente, significa mais ou menos dez mil votos para CDU, cinco mil para o PS e três mil para o BE, num quadro de mais de cinquenta mil eleitores e numa população de quase setenta mil.

Estando de acordo com a política não está de acordo com o exercício da ideologia subjacente porque isto é a negação da participação, isto é a negação da democracia, isto é moldar e ajeitar a democracia, isto é incorreto, logo, por este facto, ir-se-ão abster, porque também é verdade que, estando de acordo com a política, não iriam votar contra porque também está longe dos eleitos do BE considerar que alguém aqui está a ser desonesto nas contas, nada disso, mas é exatamente e só por isto, é que ficaram sempre à porta, só vão a reuniões e elas só existem porque a lei obriga, embora eleitos, caso não obrigasse não estariam cá.

Concluiu dizendo que ideologicamente isto chama-se uma grande simpatia, um bocado nebulosa, pela ideia única, pelo partido único, e essa não é a escola que conheceu, nem dos escritos, nem da prática que aprendeu no PCP, e que ainda hoje continua a não conhecer porque continua a ler o *Avante!* e todas as resoluções e escritos que o PCP publica.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Começou por dizer que antes de fazer alguns reparos sobre a apresentação de contas quis dizer que está solidário com aquilo que acabou de ser dito pelo seu amigo e camarada Morgado.

Relativamente às contas disse querer colocar algumas questões que lhe parecem resultar também da forma como o Sr. Presidente da Câmara as apresentou, uma vez que começou por dizer que a Câmara luta por garantir os serviços públicos, que são consagrados nas próprias regras e compromissos entre a Câmara e o Estado, como também referiu a própria fragilidade económica da Câmara, e isso é preocupante porque pela forma como o Sr. Presidente da Câmara aqui apresentou a situação económica e financeira não se vislumbra qualquer condição para resolver os problemas graves que estão por resolver.

Referiu por exemplo, além de outros aspetos, o facto de terem projetos de há cerca de trinta e cinco anos, próximo de quarenta anos, como seja a construção da nova Junta de Freguesia da Moita num espaço que lhe está dedicado onde era o Quartel dos Bombeiros, ou a fábrica que assumiram numas condições relativamente boas e onde foi inaugurado pelo ex-presidente José Luís Pereira o Museu da Cortiça, ao que o próprio assistiu, e hoje essa mesma unidade está em completa degradação, está em ruínas.

Além destes aspetos têm o posto da GNR, que está por ser construído também há décadas, e hoje vem uma notícia simpática no Diário da Região de que esta nova esquadra vai ser construída até 2018, têm uma proposta da Junta de Freguesia com mais de trinta anos para a construção de um novo centro de saúde, têm também em agenda, como construções necessárias para o concelho, há mais de trinta anos, um posto da GNR na Baixa da Banheira, ou o Parque da Moita que está completamente diferente, para pior, daquilo que era quando foi inaugurado e a que o próprio assistiu, etc., etc., etc..

Considera portanto preocupante ouvir nas palavras do Sr. Presidente a incapacidade que o concelho tem para projetar algum destes projetos, além dos aspetos mais visíveis que são, como já referiu na sessão anterior, a falta de passadeiras em toda a freguesia da Moita e o estado degradante das estradas municipais na Moita e na Baixa da Banheira, que teve o cuidado de visitar antes de fazer referência na respetiva assembleia. Há portanto um conjunto de circunstâncias e de factos que o preocupam como ex-presidente desta Câmara e como militante ativo deste concelho.

Por último, outra coisa que lhe deixa alguma dúvida, mas crê que o Sr. Presidente o vai esclarecer, é o facto de nas contas apresentadas, inscritas no respetivo documento, terem sido entregues trinta e seis obras por ajuste direito, no valor de seiscentos e nove mil e quinhentos euros enquanto, por concurso,

apenas uma e, em conformidade com aquilo que o seu amigo Morgado acabou por dizer, isto não reflete nenhuma dúvida sobre a seriedade das contas e das pessoas que as executam mas, naturalmente, evidenciam uma falta de transparência pelo que gostaria que o Sr. Presidente lhe dissesse o porquê desta realidade de trinta e seis obras por ajuste direito, no valor de seiscentos e nove mil e quinhentos euros, e apenas um concurso no valor de cento e cinquenta e oito mil euros.

Sr. João Faim da CDU

Transmitiu a posição da CDU sobre o Relatório e Contas conforme texto infra:

“No exercício do ano 2015 o Município da Moita continua a sofrer a redução das verbas transferidas do Orçamento de Estado pelo incumprimento da retalhada Lei das Finanças Locais e por um contexto de crise económica e financeira, socialmente muito difícil para as famílias, para a população em geral e também para as autarquias, fruto de medidas antissociais resultantes do pacto de agressão da *Troika* e de opções erradas de sucessivos governos com políticas antipatrióticas e de direita.

Para além disso, destaque ainda para a grande dificuldade resultante da imposição de anteriores orçamentos de Estado, e que o atual não corrige convenientemente, relativo à redução do número de trabalhadores, 2% ao ano, a qual foi conseguida no município com as saídas por aposentação, mas que significou a redução de uma centena de trabalhadores nos últimos cinco anos, e na impossibilidade de contratação de novos trabalhadores.

Esta situação acarreta um envelhecimento dos trabalhadores da autarquia, significando o não rejuvenescimento da organização e o risco de perda de um legado de saber e experiência adquiridos ao longo de anos, bem como a sobrecarga de mais tarefas para os trabalhadores disponíveis, de modo a fazer face ao exigente serviço público e aos crescentes desafios que se impõem às autarquias e dão assim razão à luta dos trabalhadores por carreiras dignas e melhores salários, a que o atual Governo não poderá ser alheio.

Subscrevemos na íntegra o público reconhecimento e agradecimento do executivo aos trabalhadores do município pelo seu esforço e empenho, os quais tornaram possível ao município cumprir as atividades e o plano traçados para o ano 2015.

Apesar das dificuldades patentes a Câmara Municipal da Moita efetuou neste ano investimentos de vulto no desenvolvimento económico e social no concelho, como sejam a execução das infraestruturas de saneamento e águas residuais em curso no Penteado e no Cabeço Verde, a requalificação das piscinas do Parque Zeca Afonso, diversas pavimentações como, por exemplo, na Avenida 1º de Maio na Baixa da Banheira, o Parque Hortícola do Vale da Amoreira, a requalificação de diversos espaços públicos, o fornecimento das refeições, os transportes escolares e o apoio a alunos carenciados, os apoios ao movimento associativo, cumprindo ainda escrupulosamente os protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesia e os compromissos com os seus trabalhadores.

A execução orçamental e as contas apresentadas no respetivo documento, já aprovado pelo executivo municipal, são rigorosas e estão em conformidade com as exigências legais e os princípios contabilísticos do POCAL, tal como atestado no parecer independente do Revisor Oficial de Contas.

Tal facto, a par do muito que foi feito, demonstra bem o rigor, a competência, a transparência da gestão autárquica da CDU na Câmara Municipal da Moita, honrando os compromissos assumidos com a população do nosso concelho.

O orçamento municipal em 2015 teve taxas de execução muito elevadas, nas receitas de 97% e nas despesas de 89%, comprovando ainda a forma realista e séria com que são elaborados os documentos previsionais. A receita corrente teve uma execução de 98% e suporta totalmente a despesa corrente, apesar disso as receitas totais registaram uma quebra de 1,9% em relação ao ano anterior.

A fraca execução e o peso das receitas de capital e de algumas rúbricas espelham bem a crise económica e financeira instalada na sociedade como sejam, por exemplo, a redução das receitas de IUC – Imposto Único de Circulação pelo segundo ano consecutivo, ou a estagnação das vendas de bens e serviços, refletindo a redução de consumo de bens essenciais.

Assinale-se ainda a receita do IMI que se manteve praticamente igual à do ano 2014, dando assim razão à decisão do município de uma redução realista deste imposto em 2,5% para o ano em curso de 2016, beneficiando as famílias na justa medida sem contudo comprometer a sustentabilidade das finanças municipais.

Ressalta à vista que, apesar das muitas dificuldades originadas pela conjuntura social e financeira desfavorável do país, a situação financeira do município continua no caminho da estabilidade, fruto de uma boa gestão do município, mesmo estando em curso um Plano de Saneamento Financeiro, no âmbito do qual é assumido, no que concerne à despesa de capital, o compromisso das despesas de capital serem em função do grau de execução das receitas de capital e dos saldos correntes, em cumprimento da legislação em vigor.

Destaque-se então a redução do endividamento líquido e do endividamento a médio e longo prazo, constatando-se que o município da Moita não está em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou sequer de rutura financeira.

A política de direita seguida pelo Governo em 2015, acompanhada pela falta de investimento da administração central na Península de Setúbal e em particular no concelho da Moita, penalizou uma vez mais o Poder Local Democrático, os interesses dos trabalhadores e das populações, em benefício dos grandes grupos económicos da banca e dos especuladores financeiros.

Em matérias que são da sua responsabilidade direta o Governo transferiu mais competências e obrigações para as autarquias sem que se transitasse para as mesmas os meios técnicos e os recursos humanos necessários, bem como os meios financeiros.

Este documento corresponde assim a um retrato fiel e sério das contas do Município e da principal atividade desenvolvida pela Câmara Municipal da Moita ao serviço das populações em prol da cidadania, do bem-estar social e da qualidade de vida, pelo que entendem os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votar favoravelmente o Relatório e Contas do Município da Moita de 2015 submetido a este órgão."

Transmitida a posição dos eleitos da CDU pediu permissão para destacar dois aspetos, que o documento também refere, respondendo a algumas coisas que já foram aqui ditas e que não são exatamente verdade.

Algumas obras que os eleitos da bancada da CDU reivindicam e que o município reivindica, nomeadamente o quartel da GNR, os centros de saúde, os edifícios das autarquias, designadamente o edifício da Junta de Freguesia da Moita que já foi aqui falado, são reivindicações das autarquias, da Junta de Freguesia da Moita e do município da Moita, junto da administração central que, em vários governos do chamado "Arco da Governação", nunca cumpriu.

Concluiu dizendo que nunca viu aqui nesta Assembleia um voto contra esses tais governos que, quando estavam no governo, nunca cumpriram aquilo que, quando na oposição, é prometido.

Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Começou por dizer que tinha duas ou três notas muito simples e questões de semântica e de estética, uma vez que ainda há pouco ouviram duas pessoas que fazem parte desta Assembleia falar de estilos e acusar a bancada da CDU de ter uma carga muito ideológica e intolerante, e que depois fizeram intervenções que o chocaram por serem muito duras, muito rudes e sem fundamento.

Em primeiro lugar disse ser quase impensável, no século XXI, assistirem a uma argumentação como ouviram aqui sobre contas que são transparentes, sobre um modelo de gestão que é sufragado pelo povo, pelo povo, e que se baseia no contato direto com as pessoas, com as instituições e que, entre visitas marcadas e não marcadas, vai fazendo o trabalho, entre reuniões com coletividades, marcadas ou não marcadas, vai fazendo o trabalho, onde há prestação de contas de forma transparente, onde se respeitam todos os procedimentos e depois ouvem aqui alguém que não conhece os procedimentos, nem as regras democráticas, questionar quem trabalha bem.

Isto é inadmissível, é inaceitável no século XXI e em democracia, e mais inaceitável é quando alguém que já teve cargos executivos vem questionar aqui, dizendo que há falta de transparência quando não há, e não é uma vez é uma, duas, três, quatro, cinco... depois explica-se e o senhor não se retrata, o senhor não se retrata e acusa-o sim de o questionar e de ser muito mau, como todos sabem, mas acha que é altura do senhor se retratar e dizer que não gosta do estilo mas que não há nada a apontar quanto à questão da transparência, porque uma coisa é não gostar do estilo outra é argumentar falta de transparência porque ao fazê-lo está a insinuar, com todas as letras, que há qualquer coisa que não está bem e que não é legal.

Foi assim que o ensinaram e também lhe ensinaram que quando o acusam de falta de transparência, e apoia completamente como pessoa, apoia como político e apoia como autarca este projeto da Câmara Municipal da Moita que também é o seu, porque é do seu partido e da força política que representa, se não responde está aceitar e não há falta de transparência, antes pelo contrário e, quando não se sabe,

pergunta-se, quando se está de boa-fé pergunta-se, é-se esclarecido e depois logo se tem uma opinião, mas o que vê é sempre um “bota abaixo”, um “tudo está mal”.

A título de exemplo referiu o facto de há bocado falarem em obras que já deviam estar feitas há trinta e quarenta anos não distinguindo quais eram as responsabilidades, se eram da Câmara, se eram da Junta, se eram do Poder Central, mas não se fala do que se fez em quarenta anos, inclusive feito pelo próprio, o que não lhe parece bem. Este concelho, há quarenta anos atrás, era um concelho muito pior e houve aqui transformações muito grandes que se deveram aos trabalhadores da Câmara durante todos estes anos, a todos os eleitos que por aqui passaram bem como às populações que sempre lutaram.

Outra nota que quis dar, por se tratar de uma coisa que é recorrente, foi que ou são democratas ou não são democratas e os democratas aceitam a voz do povo, a vontade do povo e o resultado das eleições. Não lhe parece correto que se venha questionar “aqueles votaram, os outros não votaram”, tentando atingir a legitimidade de quem foi eleito para funções, parece-lhe que estão aqui a ser “paizinhos de um povo coitado que não sabe muito bem o que anda a fazer”.

Têm que respeitar, podem gostar ou não do estilo, mas têm que respeitar e mais, têm o dever de dizer como é que fariam e fica estupefacto quando ouve alguém falar mais de dez minutos e não fazer uma crítica a nada do que foi apresentado, mas sim arranjar um “caderno de encargos”, porque é assim que lhe chama, sem propostas mas com suposições e insinuações a um estilo que o próprio não conhece, porque o estilo que conhece é o estilo de ver os vereadores na rua a serem abordados pelas pessoas e a tentarem resolver, o estilo que conhece como Presidente da Junta é chegar ao pé de um vereador ou do Presidente da Câmara e dizer “temos um problema” e ouvir “vamos lá, vamos falar com as pessoas e vamos resolver”, o estilo que conhece é este, não conhece um estilo de gente fechada num gabinete, a hostilizar os outros e a não responder. Sabe que isto é uma tentativa e é uma opção política de quem tem pouco mais para apresentar, mas é feio e o próprio também tem direito a ter uma opinião.

Por último, disse que não admite a ninguém que não seja do seu partido, mas não admite mesmo, que teça considerações sobre o funcionamento interno do seu partido ou como é que o seu partido devia ser, não admite a ninguém, e isso é uma das maiores faltas de educação que se podem cometer em público perante comunistas, porque se o próprio não o faz aos outros partidos espera bem que não o façam ao seu partido. Parece-lhe que este estilo, que descreveu agora, de não discutir as coisas, de não cumprir o papel para que se foi eleito, porque as pessoas que estão aqui foram eleitas para discutir as coisas que estão aqui, para propor outras e para estarem a pensar o concelho da melhor forma possível para as pessoas, e a seguir criticar quem o faz, é muito, muito, muito fraquinho.

Sr. Luis Chula do PS

Começou por saudar a presença do Sr. Presidente da Câmara, porque nas duas últimas assembleias municipais não pode estar presente, e também por o parabenizar por ter tido a virtude de justificar a ausência do Sr. Vereador Miguel Canudo, coisa que nem sempre ouviram quando o Sr. Presidente não esteve, mas não foi para fazer críticas desta natureza, ou elogios que são devidos, neste caso, que quis fazer uma intervenção mas sim para apresentar a sua análise do documento que está aqui em discussão, e acha que todos estão de acordo quando diz que não se trata de um mas sim de dois documentos, todavia são as regras que obedecem assim.

Têm assim o relatório da atividade que espelha a gestão que o executivo executou, passe a redundância, e depois têm a parte da apresentação de contas que é um documento mais técnico e de natureza contabilística, sobre o qual julga que não haverá nada a dizer, estará com certeza feito com as devidas regras e que, aliás, está certificado pelo Revisor Oficial de Contas.

Quanto à natureza da ação e da gestão do executivo camarário que, como também já aqui foi dito, é da exclusiva responsabilidade da CDU, pelos votos obtidos e obtidos de forma absolutamente democrática, porque ninguém põe isso em causa. De qualquer forma, o órgão é um órgão coletivo mas apenas à CDU cabe responder pela execução do que é espelhado neste relatório.

Na análise que fez, e não vai ser exaustivo mas só tirar algumas conclusões de natureza política que se conseguem depreender deste relatório, ficou um bocado surpreendido com as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente, logo no início do segundo parágrafo da introdução, e não está a referir-se às questões que se relacionam com o cumprimento da Lei das Finanças Locais mas sim a uma frase com que iniciou o segundo parágrafo e que diz “*As reduções nas transferências do Orçamento de Estado...*”, e que depois vem justificar que têm vindo a diminuir e que há uma diminuição, etc., porque o próprio não concluiu assim e não concluiu assim porque observando, e não irá para um período muito vasto, desde 2012 até 2015

estas receitas aumentaram quatro milhões de euros, o que pode não ser suficiente mas a verdade é que aumentaram, não houve redução e, neste caso concreto do ano 2015, essa mesma receita que tem a ver com o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e o IRS soma perto de dez milhões e quinhentos mil euros, o que corresponde efetivamente a um terço do orçamento municipal.

Entretanto também têm o crescimento dos impostos diretos que se tem vindo a verificar em que apesar, por exemplo, do crescimento do IMI de 2014 para 2015 não ter sido acentuado, a realidade é que corresponde a um aumento de 30% desde 2012, ou seja, estão na presença de um crescimento dos impostos diretos que é da inteira responsabilidade da Câmara. Já o IMT, este ano, teve um crescimento de trezentos e catorze mil que corresponde, entre 2014 e 2015, a cerca de 40%.

Sobre o facto do seu camarada Staline ter falado da questão dos ajustes diretos e de ser ou não ser transparente a questão, ainda que estejam a aguardar a resposta do Sr. Presidente acerca disto, disse que a questão se prende um bocadinho com a prática política que vão observando, não só nas autarquias mas também em muitas das críticas que são feitas aos órgãos do Estado, críticas essas que muitas vezes são feitas pelo PCP, porque em vez de lançarem concursos públicos tomam os ajustes diretos e são criticados nesse momento. Por isso, enfim, se aqui também são feitos ajustes diretos numa desproporção elevadíssima de seiscentos e nove mil para cento e cinquenta e oito mil, quando comparado com obras por concurso público.

Também da explicação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, em que enfatizou a garantia dos serviços públicos que a Câmara Municipal vem fazendo, disse que a gestão não se pode reduzir apenas à questão da garantia dos serviços públicos ainda que seja importante, muito importante que os serviços públicos funcionem e que sirvam a população mas, existindo retratos considerados bastante negativos sobre o posicionamento do concelho e os problemas que afetam diretamente as pessoas no concelho, seria bom que a gestão também se voltasse para a resolução desses problemas que se arrastam há vários anos.

É por isso necessário que essa gestão permita e traga uma dinâmica que, face ao desenvolvimento económico, tenha em vista a criação de emprego, a captação de investimento público e privado para o concelho, que promova a fixação da população mais jovem e que cumpra o apoio às famílias, às empresas e ao comércio.

Concluiu dizendo que, na verdade, o que importa aqui é a questão da política plasmada no relatório, sendo evidente que o PS pensa que deveria ser feita de outra forma e, por esse motivo, o voto da bancada do PS será contra este documento.

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que a ignorância é um estado natural para todos, que se ultrapassa procurando o conhecimento e torna-se problemático quando uma pessoa permanece na ignorância por opção e, de facto, há aqui exemplos onde isso acontece claramente.

Posto isto disse que não há, atualmente, procedimento de aquisição de bens e serviços ou de empreitadas de obras públicas que não tenha uma transparência total, porque todos os procedimentos têm de ser feitos através de plataformas eletrónicas, estão acessíveis à consulta dos cidadãos em geral, existem *sites* da administração onde se podem consultar todas as aquisições feitas por todos os municípios, todas as freguesias ou todas as entidades públicas do país.

Portanto, é malevolência afirmar que existe falta de transparência, é “ficar as entranhas à mostra” quando não se tem nada à volta, é-se tão mauzinho e não se tem uma ideia que depois “ficam as entranhas à mostra”, fica isto, fica a malevolência, não há mais nada a dizer, é disso que se trata.

Continuando disse que os ajustes diretos são designados assim porque são um termo da lei para despesas até setenta e cinco mil euros, mas que obrigam a consulta a cinco entidades e obrigam a serem feitos nas plataformas eletrónicas, pelo que se chamam assim mas são perfeitamente diretos e não só são legais como são transparentes e respeitam a concorrência. Não sabe isto quem não quer saber porque quem quer saber pergunta e depois de ouvir a resposta faz considerações, agora quem faz as considerações não sabendo e antes de ouvir a resposta está a fazê-lo porque não tem nada de jeito para dizer e a única coisa a que se pode agarrar é a fantasmas, só se pode agarrar a fantasmas, não há aqui mais nada onde se agarrar.

De facto, concursos públicos, que são para empreitadas superiores aos tais setenta e cinco mil euros, efetuados em 2015 houve apenas um, mas estão em curso obras de valor significativo aliás, somadas, totalizam quase dois milhões de euros que resultaram dos concursos públicos que foram desenvolvidos ainda durante o ano 2014 para as empreitadas do saneamento do Cabeço Verde, do saneamento do Penteadado e da escola nº2 do Bairro Gouveia, em cumprimento da lei.

Quanto às questões que foram colocadas de que, supostamente, a Câmara não faz e não se preocupa, disse que se preocupam e estão a fazê-lo, agora aquilo que não conhecem, de que não conseguem ter perceção nem ter esse contributo, é do que é que o PS, designadamente, propõe para ultrapassar as limitações de receitas do município, é aumentar as tarifas, aumentar os impostos, qual é a solução? Qual é a solução?

Depois, os números que foram dados sobre a evolução das receitas são fantasmáticos também, são pura ilusão. Quatro milhões de euros de aumento nas transferências do estado? Onde é que foram buscar isso? Tal coisa não existe. Já agora podiam-se ter dado ao trabalho de fazer a soma entre transferências correntes e transferências de capital e verem que a proporção variou mas que a soma total variou pouquíssimo. É só aritmética mas não se querem dar ao trabalho de a fazer.

Sobre os impostos totais disse que está um quadro na página setenta que diz claramente qual foi a evolução total dos impostos totais em cinco anos, de oito milhões trezentos e quarenta e quatro em 2011 para nove milhões seiscentos e trinta e seis em 2015. Portanto, nestes anos todos, com diferenças, a única constância aqui, até 2015, inclusive, foi a do aumento do IMI pelas razões que conhecem, e não foi o executivo que aumentou as taxas, foi o governo que decidiu e foi o acordo com a *Troika* que decidiu que a reavaliação dos edifícios tinha de ser feita para remeter para os impostos o financiamento das autarquias locais. E isto, como todos têm a noção, não foi inocente, esta opção do memorando da *Troika*, e dos governos que o aplicaram, foi a de permitir diminuir as transferências do orçamento de Estado e permitir não cumprir a Lei das Finanças Locais. Todavia, isto soma, no fim, um aumento, em cinco anos, de um milhão e trezentos mil euros, é esse o aumento de impostos que houve no município da Moita, pelas razões que já apontou.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com dezassete votos a favor da CDU; oito votos contra do PS; quatro abstenções sendo duas do BE, duas do PSD.

Declaração de Voto do PS apresentada pelo Sr. Luis Chula

Antes de iniciar a leitura disse que trouxe a declaração escrita mas, se calhar, pelas afirmações e pelo facto de ser ignorante, não sabe se será capaz de a saber ler se não mas, como o município também é responsável pelas escolas do ensino básico, se calhar, terá de lá voltar.

Posto isto, efetuou a leitura da declaração de voto conforme texto infra:

“O Partido Socialista analisou com o devido cuidado o Relatório e Contas da Câmara Municipal da Moita relativo ao exercício de 2015.

O documento, como mandam as regras, subdivide-se em dois para um voto único: o relatório da atividade política e do exercício de gestão e a apresentação de contas, documento técnico de natureza contabilística em que, seguramente, o deve e o haver estarão corretos.

O que ao PS, enquanto oposição, lhe cabe não será deter-se na análise técnica desta segunda parte cujo detalhe, contudo, permite concluir o que se recebe e como se gasta.

Já o relatório, com o pormenorizado detalhe que vai da simples nota da queda de tijolos na rua X ao destaque da obra mais emblemática, plasma as opções políticas da CDU para a gestão do município, aplicadas em modo exclusivo sem considerar o contributo das restantes forças políticas que integram a vereação.

Aqui, não há quaisquer acordos de qualquer tipo de incidência e os ouvidos são surdos às propostas e à concertação, em nome de uma maioria legitimada pelos votos arrecadados mas pouco dada ao exercício do pluralismo democrático, que a abissal diferença entre a constatação de obras por ajuste direto e as colocadas a concurso público bem demonstra.

Contudo, essa prática não contribui para inverter a situação do concelho que teimosamente, ano após ano, posiciona o município da Moita nos mais baixos índices de todos os *rankings* e análises no conjunto dos concelhos da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa, continuando a revelar que somos

o concelho mais pobre, com menos atratividade para viver e captar investimentos, onde o RSI, o desemprego e as necessidades sociais campeiam.

Pelo que acima se disse, contrariando as primeiras palavras da introdução ao documento em análise, o concelho da Moita continua, desde há alguns anos, a ser o município que, por habitante e quilómetro quadrado, mais recebe como transferência do Orçamento de Estado no contexto da região.

Também no referente aos impostos decididos pelos órgãos do município verificamos a manutenção do aumento da receita nos impostos diretos, sobrecarregando os munícipes, ao invés das propostas que o PS tem apresentado e do atual enquadramento económico e social.

Por outro lado, não se encontra neste documento qualquer medida estruturante no apoio à economia local e da implementação de uma competitividade para o concelho.

É necessário inverter esta estratégia e apontar para o desenvolvimento, para o progresso, para a afirmação do concelho na região. Uma estratégia que o PS pensa ser possível de elaborar e concretizar, que traga uma dinâmica de desenvolvimento económico com a criação de emprego, a captação de investimento público e privado, que promova a fixação da população mais jovem, o apoio às famílias, às empresas e ao comércio.

Por tudo o que acima ficou expresso, o Partido Socialista votou contra o Relatório e Contas de 2015, apresentado pela Câmara Municipal e da inteira responsabilidade do executivo CDU, razão porque cabe à maioria que o suporta responder pelo mesmo.”

Nota: Nesta altura o Sr. Vereador Miguel Canudo, que estava ausente, apresentou-se na sessão da Assembleia Municipal.

2 – 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 13/04/2016:

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas decorrem da necessidade de incorporar, no orçamento de 2016, o saldo orçamental transitado da gerência anterior na importância €2.718.868,00 e também da receita proveniente da taxa de gestão de resíduos, criada pela deliberação de Câmara de 16.12.2015, na importância estimada de €140.000,00.

O exercício efetuado teve por princípio o reajustamento das dotações orçamentais, na medida em que algumas delas ficaram com dotações a definir, como consta nos documentos previsionais para 2016.

Para além deste facto, e uma vez que o orçamento de capital assenta sobretudo nas receitas provenientes do orçamento corrente, foram ainda algumas destas rubricas adequadas, quer aos compromissos transitados, quer aos compromissos a assumir no presente ano económico.

Nesta medida, propõe-se a revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que têm dois milhões setecentos e dezoito mil euros de saldo transitado ao qual têm ainda que introduzir a rubrica da Taxa Geral de Resíduos, que é uma taxa que já existe, que já é paga pelos municípios e, conseqüentemente, pelos munícipes de todo o país. É uma taxa que se aplica sobre a deposição de resíduos em aterro que foi criada, salvo erro, em 2008 ou 2009, e que tem como justificação, porque as taxas são pagamentos de serviços, financiar a Entidade Reguladora e a Agência Portuguesa do Ambiente para promover ações tendentes à melhoria e ao atingir das metas nacionais na redução, reciclagem e

reutilização de resíduos mas, na verdade, ninguém conhece ações feitas nesse sentido, o que se conhece é que são muitos milhões de euros que constituem um verdadeiro imposto escondido.

Todavia, o que está em causa é que a ERSAR impõe que as faturas dos serviços de ambiente sejam detalhadas, como já puderam verificar, e tem que vir identificada esta taxa, portanto tem que ser criada uma rubrica para a transitar nas contas municipais.

A aplicação dos dois milhões setecentos e dezoito mil euros de saldo faz-se dotando rubricas que, na versão inicial do orçamento, tinham financiamentos não definidos. A explicação para isto é óbvia uma vez que, nesta altura, já sabiam que ia existir, porque quando se elabora o orçamento já se tem uma previsão bastante aproximada de qual vai ser o saldo transitado, um valor desta ordem de grandeza para introduzir no orçamento e portanto, em algumas rubricas, ficaram financiamentos não definidos contando exatamente com o facto de que agora seria a altura de repor as dotações em financiamento definido, tal como são necessárias para o desenvolver das atividades municipais e dos investimentos previstos para o ano.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. João Faim da CDU

Disse que gostava de ouvir inscrições, da parte de alguns dos senhores que tanto intervêm com determinada maledicência e escárnio, nesta proposta, principalmente naquilo que é a inscrição desta verba que o Sr. Presidente da Câmara acabou de explicar, que é uma taxa que como já aqui foi dito, foi criada por alguém, foi criada por um governo do PS, era primeiro-ministro o Engenheiro José Sócrates, e é uma taxa que é um imposto mascarado porque, para além de ser uma taxa que penaliza a população, é um dinheiro que não se sabe para onde é que vai, e são cobrados milhões em todo o país que são retirados às autarquias, ou que são pagos pelas populações, taxa à qual, imagine-se, ainda lhe é aplicado um IVA.

Ora, chama-se taxa não se chama imposto para se aplicar o IVA, pelo que gostava de ouvir as suas opiniões sobre isto, as suas manifestações de desagrado, gostava que se pronunciassem. Venham essas moções que a bancada da CDU acha que tinham todo o cabimento aqui.

Fale-se em nome da população do concelho da Moita e diga-se, ao olhar para a verba que aqui é inscrita, e a verba total que é paga só para estas taxas, que reportam à administração central e que são retiradas, para não dizer roubadas, à população, porque são pagas pela população mas não sabem contas absolutamente nenhuma sobre onde elas são aplicadas e, ainda por cima, é dinheiro que deixa de ser investido no concelho.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com dezanove votos a favor sendo dezasseis da CDU, dois do BE, um do PSD; quatro abstenções do PS.

3 – Alteração à estrutura orgânica do Município

A proposta infra foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal realizada em 13/04/2016:

“A Câmara Municipal da Moita em reunião de 12/12/2012 e a Assembleia Municipal em sessão de 21/12/2012, aprovaram a nova estrutura orgânica dos serviços Municipais da Moita, publicada no Diário da República, 2ª série, nº8, de 11/01/2013, nos termos do Decreto-Lei nº305/2009, de 23/10, e da Lei nº49/2012, de 29/08.

Posteriormente, a Câmara Municipal em reunião de 03/04/2013 e a Assembleia Municipal em sessão realizada em 19/04/2013, ao abrigo do Decreto-Lei nº305/2009, de 23/10, e da Lei nº49/2012, de 29/08, aprovaram um aditamento à estrutura orgânica dos serviços municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº91, de 13/05/2013.

Num segundo momento a Câmara Municipal da Moita, em reunião de 04/12/2013 e a Assembleia Municipal em sessão de 20/12/2013, aprovaram alterações com vista à antecipação da entrada em vigor da referida estrutura, de modo a que esta fosse realizada e completada em simultâneo para todas as unidades orgânicas em nome de uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços e também de modo a facilitar a adaptação à nova estrutura por parte dos dirigentes, trabalhadores, munícipes, entidades e cidadãos em geral, publicada no Diário da República, 2ª série, nº7, de 10/01/2014.

Nesta medida, foi fixado em 14 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Município, sendo 11 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau e 3 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargo de direção intermédia de 3º grau.

O artigo 165º, da Lei nº82-B/2014, de 31/12, que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, alterou o art. 20º e 21º, da Lei nº49/2012, de 29/08, passando o referido art. 21º a dispor que os municípios que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas a) e b) do nº1 do art. 58º da Lei nº73/2013, de 3/09, *podem aprovar estruturas orgânicas e prover um número de cargos dirigentes superior ao previsto na lei referida se, por efeito conjugado com outras medidas de racionalização, ao final de cada um dos exercícios orçamentais não existir um aumento global dos custos com pessoal e prestação de serviços a pessoas singulares.*

Ora, considerando:

- Que o Município da Moita não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a) e b) do nº1 do art. 58º da Lei nº73/2013, de 3/09, conforme decorre da informação prestada pela Divisão de Administração e Finanças;

- Que se encontra em fase de desenvolvimento o Projeto de criação e implementação de uma rede de Balcões do Município, que em termos funcionais é transversal a toda a estrutura orgânica do Município, torna-se indispensável a sua autonomização, conferindo-lhe a natureza de unidade orgânica flexível a depender diretamente do Presidente da Câmara.

Propõe-se,

Que a Câmara Municipal, aprove e delibere propor à Assembleia Municipal a alteração ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Município, fixando o seu máximo em 15, sendo 11 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau e 4 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que o que se propõe aqui é que a Assembleia Municipal autorize a criação de mais uma unidade orgânica de terceiro nível que, como se recordarão foi debatido aqui no início do mandato.

A lei determina limitações às estruturas orgânicas dos municípios, no sentido em que faz depender o número possível de unidades orgânicas da dimensão populacional de cada um dos municípios o que, à partida, é um critério absurdo porque significa que o município do Montijo ou de Sesimbra que, por exemplo, têm menos de cinquenta mil habitantes, e cinquenta mil habitantes é um dos parâmetros que faz mudar de escalão, não podem ter o mesmo número de unidades orgânicas que tem a Moita porque tem mais de cinquenta mil habitantes que, por sua vez, tem de ter menos unidades orgânicas do que o Seixal, Almada ou Setúbal porque estes têm mais de cem mil habitantes, como se as funções de cada um destes municípios não fossem exatamente as mesmas, como se as áreas a que têm que dar resposta não fossem exatamente as mesmas. Portanto, fazer uma divisão ou uma estrutura orgânica com limitações relacionadas à dimensão populacional e não às funções atribuídas por lei é um absurdo, mas é a lei que está em vigor, é a lei que existe, é a lei com que tiveram de se conformar.

Entretanto, o orçamento de Estado de 2014 abriu a possibilidade de se criarem novas unidades orgânicas, desde que isso não implicasse o aumento das despesas com pessoal e, atendendo a que o orçamento de 2015 mantém essa norma, pretendem utilizá-la porque está a ser desenvolvido um projeto de alteração ao funcionamento do atendimento ao munícipe nos serviços municipais, o qual designaram por “Balcões

do Município” e que tem o conceito que atualmente é conhecido como balcão único. A questão é que este projeto, para o seu devido funcionamento, tem que ter uma autonomia funcional em relação às restantes divisões e departamentos da Câmara porque tem que ter uma gestão própria, tem que ter um relacionamento através dos fluxos processuais e tem que se relacionar ao mesmo nível com os serviços aos quais depois dará resposta.

Atendendo a que isso é possível de fazer sem violarem a exigência de não aumentar as despesas com pessoal, propõem que seja autorizada a criação de mais uma unidade orgânica flexível, no caso uma unidade de terceiro nível, sendo que as unidades possíveis são departamentos, divisões e uma outra a que a lei não dá nome e que chamam de “Gabinete”, portanto de mais pequena dimensão, sendo que já existem três que são o Gabinete Jurídico, o Gabinete de Informações e Relações Públicas e o Gabinete de Sistemas de Informação, Auditoria e Qualidade e pretendem agora criar mais um para tutelar o atendimento ao município.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove da CDU, quatro do PS, dois do BE, dois do PSD.

4 – Proposta de celebração de Protocolo de Delegação de Competências com a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº52/2015, de 9 de Junho

A proposta infra foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal realizada em 13/04/2016:

“1 – O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº52/2015, de 9 de junho, determina que os municípios são as autoridades de transporte competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, podendo delegar, designadamente nas áreas metropolitanas, as respetivas competências, através de contratos interadministrativos, nos termos e ao abrigo do disposto, respetivamente, nos seus artigos 6º e 10º.

2 – A Lei 52/2015, de 9 de junho, determina no seu artigo 10º, nº1, a possibilidade de renovação dos títulos de concessão para a exploração do serviço público de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo da legislação anterior, a qual tem que ocorrer até junho do presente ano e cuja vigência não pode ultrapassar 3 de Dezembro de 2019.

3 – Nestas circunstâncias de prazos muito limitados não estão criadas condições para que a Câmara Municipal adquira as competências necessárias para exercer de imediato as atribuições que a Lei nº52/2015 e o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, lhe conferem, pelo que se considera necessário proceder à celebração do Protocolo de Delegação de Competências do Município na Área Metropolitana de Lisboa, para que seja esta a conduzir o processo de eventual renovação das autorizações de transporte público de passageiros existentes.

4 – Posteriormente e tendo em atenção a própria consolidação do novo regime jurídico que poderá ainda sofrer revisões, equacionar-se-á a possibilidade de celebrar novo Protocolo entre o Município e a Área Metropolitana de Lisboa para o desenvolvimento dos processos definitivos de concessão de títulos de transporte, que terão de ocorrer até Dezembro de 2019.

5 – A minuta de Protocolo de delegação de competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, foi aprovada pelo Conselho Metropolitano na sua reunião ordinária de 18 de fevereiro, sob proposta da Comissão Executiva aprovada em reunião realizada em 26 de janeiro.

Em face da motivação supra aduzida proponho que a Câmara Municipal da Moita, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do artigo 23º, nas alíneas m) e ccc) do nº1, do artigo 33º e do artigo 128º, todos do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, delibere:

- a) Aprovar a proposta de minuta de Protocolo de Delegação de Competências, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante para todos os efeitos legais, a celebrar pelo Município da Moita, no exercício da sua competência de Autoridade de Transportes atribuída pelo

nº1 do artigo 6º, do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado pela Lei nº52/2015, de 9 de junho, com a Área Metropolitana de Lisboa, o qual tem natureza de contrato interadministrativo para delegação das competências nele previstas e que será outorgado nos termos previstos no nº2 do artigo 6º e no artigo 10º do mencionado Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, conjugado com o disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

- b) Submeter à Assembleia Municipal da Moita a presente proposta, para que este órgão delibere, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do artigo 23º e na alínea k) do nº1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar os termos da minuta de Protocolo de Delegação de Competências em anexo e autorizar a sua celebração entre o Município da Moita e a Área Metropolitana de Lisboa.

Em anexo: Protocolo de Delegação de Competências.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que esta proposta vem constituir um primeiro momento de aplicação do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que está em vigor desde meados do ano passado, regime esse que é bastante complexo e que tendo aspetos muito positivos mas também tem vários outros ameaçadores.

Como aspetos positivos salientou o facto de finalmente, ao fim de muitos anos, atribuir aos municípios e às áreas metropolitanas a intervenção direta na gestão dos sistemas de transporte dos seus territórios.

Como aspetos ameaçadores destacou o facto de remeter para essas mesmas entidades o financiamento do sistema o que, a concretizar-se uma demissão do orçamento de Estado do financiamento das compensações indemnizatórias que são dadas às empresas de transportes pelos passes sociais, ou seja, se o Estado deixar de o fazer, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), significa que muitas dezenas de milhões de euros terão que ser suportados por outra via, sendo que a lei indicia que sejam as taxas, e isto é ameaçador, é ameaçador para as populações e é ameaçador, naturalmente, para os municípios. Todavia, esse é um aspeto com que só terão de se preocupar daqui por mais algum tempo, se calhar por mais dois ou três anos.

Para já, este regime jurídico estabelece dois momentos que importa ter em conta sendo que o primeiro momento é junho de 2016 porque é o limite para que se proceda à análise e à renovação, ou não, das autorizações de transportes existentes na AML e em cada um dos concelhos. O segundo momento é 2019, momento até ao qual terão de ser feitos concursos públicos para atribuição de novas concessões para todos os transportes a operar na região. Estas renovações que agora serão feitas são renovações que têm como limite o ano de 2019, até lá têm que estar feitos concursos públicos para todas as concessões de transportes.

Esclareceu ainda que o regime jurídico criou duas autoridades de transportes que são os municípios e as áreas metropolitanas ou comunidades intermunicipais, em que as áreas metropolitanas são a autoridade de transporte sobre todos os transportes metropolitanos, entendendo-se como transporte metropolitano toda a linha que percorra o território de mais do que um município, e as câmaras municipais são a autoridade de transportes relativamente ao transporte que se circunscreva ao seu território, portanto às linhas de transporte que não saiam dos limites do seu próprio território.

O que aqui está em causa é que esta competência é passada para as câmaras e para as áreas metropolitanas sem haver preparação das mesmas, portanto é uma área completamente nova para os municípios ainda que, neste caso, a AML tenha a vantagem de ter absorvido os trabalhadores que estavam na antiga Autoridade Metropolitana de Transportes, ou seja, um conjunto de trabalhadores técnicos que já têm contacto com esta matéria.

Perante esta situação, perante a urgência deste prazo, o que foi entendido pelo Conselho Metropolitano, numa votação quase unânime em que só o município de Cascais não concordou aderir a este protocolo, foi que para este processo de renovação das autorizações seria necessário que os municípios delegassem a competência para o fazer na AML, para que seja esta a gerir e a coordenar este processo.

O processo que virá depois será bastante mais complexo e com implicações bastante maiores mas, para já, tratando-se apenas deste processo de renovação e perante o facto de os municípios não terem conhecimento da matéria, por ser uma matéria inteiramente nova, acordou-se este protocolo e o que se propõe é que seja aprovada esta delegação de competências na AML.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD.

5 – Associação de municípios de fins específicos – Constituição e participação

A proposta infra foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal realizada em 13/04/2016:

I.

Em 12 de novembro de 2014, os Municípios do Barreiro e Moita celebraram um Protocolo de Cooperação para a Construção de um Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes.

Na base deste protocolo encontrava-se um conjunto de necessidades comuns aos dois concelhos e uma vontade partilhada de prestar um serviço público de qualidade crescente às populações de ambos os territórios.

A assinatura deste protocolo representou, ao tempo, um passo relevante, no quadro de um processo longo. Hoje, ano e meio volvido, as instalações do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes (Barreiro – Moita) estão, no essencial, concluídas. Em breve estarão em funcionamento.

Ao longo deste período de tempo, promovemos uma reflexão participada e aberta sobre as melhores soluções de gestão e dinamização do conjunto de atribuições e equipamentos que, por esta via, passarão a exigir uma resposta comum dos Municípios do Barreiro e da Moita.

Pretendíamos, dissemo-lo desde o início, que as soluções encontradas conseguissem dar resposta, por um lado, às insuficiências detetadas, e fossem capazes de maximizar, por outro, as potencialidades existentes.

Procurámos soluções que:

- a) Unificassem os processos e instrumentos de gestão de recursos materiais e humanos;
- b) Permitissem aprofundar as estratégias de afirmação do serviço público nestas áreas;
- c) Traduzissem vantagens económicas, técnicas e funcionais;
- d) Criassem condições reais de exercício de atribuições e competências que, até aqui, não haviam sido (pelo menos com o alcance pretendido) prosseguidas.

II.

Chegámos naturalmente à proposta de constituição de uma associação de municípios de fins específicos, abrangendo os territórios dos Municípios do Barreiro e da Moita, criada ao abrigo do disposto nos artigos 108.º a 110.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designada, AMBM – Associação de Municípios do Barreiro e da Moita.

Uma associação cujo objeto se estende pela captura, recolha e alojamento de animais vadios ou errantes, à qual se associa a gestão e exploração do centro intermunicipal de recolha, entretanto denominado “Quinta do Mião - Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes do Barreiro e da Moita”.

Uma associação, prossequindo atribuições específicas na área do ambiente, indissociável da vontade real dos Municípios do Barreiro e da Moita de promoverem políticas de valorização do bem-estar animal, numa perspetiva integrada em que ele se mostra inseparável da própria qualidade de vida e reflexão das populações sobre os seus deveres para com o meio ambiente.

A solução de intermunicipalização, com a conseqüente prossecução conjunta de atribuições, pareceu-nos a que melhor poderia responder aos objetivos e princípios pré-identificados, representando ainda o primeiro passo na construção de novas linhas de trabalho.

Por esta via, criamos as condições necessárias para a existência de uma resposta única às necessidades de captura, recolha e alojamento de animais vadios ou errantes nos dois concelhos.

Simultaneamente, alargamos possibilidades de execução de campanhas de profilaxia, médica e sanitária, destinada a servir ambas as populações.

Tudo enquanto se cria espaço visando o estabelecimento de relações de cooperação com outras entidades em projetos e ações que se inscrevam nos mesmos fins prosseguidos pela Associação.

Globalmente, acreditamos encontrarem-se reunidas as condições necessárias à prestação de um serviço público de qualidade crescente e ao incremento da capacidade de resposta municipal, num quadro de partilha proporcional de recursos físicos, financeiros e humanos, de melhoria permanente das condições de trabalho, de simplificação administrativa e de maximização dos recursos disponíveis.

III.

Face ao exposto e nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º, nas alíneas s), ii) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, no n.º 1 do artigo 108º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 32.º e 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, por remissão do artigo 60.º da mesma Lei, proponho que a Câmara Municipal da Moita, considerando o teor dos documentos, designadamente da proposta de Estatutos e do Relatório Financeiro de Suporte à Criação da Associação de Municípios do Barreiro e da Moita, anexos à presente proposta e que dela fazem parte integrante, delibere favoravelmente:

- a) A constituição e participação, juntamente com o Município do Barreiro, na associação de municípios de fins de específicos, denominada AMBM – Associação de Municípios do Barreiro e da Moita;
- b) Apreçar e aprovar a proposta de Estatutos e o Relatório Financeiro de Suporte à Criação da Associação de Municípios do Barreiro e da Moita, anexos à presente proposta;
- c) Que uma vez deliberada favoravelmente pela Câmara Municipal, a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, autorizar o Município da Moita a constituir a Associação de Municípios denominada AMBM - Associação de Municípios do Barreiro e da Moita, autorizar a celebração da escritura pública de constituição da associação e aprovar os Estatutos e o Relatório Financeiro de Suporte à Criação da Associação de Municípios do Barreiro e da Moita, em anexo, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 108.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e delibere ainda aprovar a participação do Município da Moita, na AMBM - Associação de Municípios do Barreiro e da Moita, mediante o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 32.º e 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, por remissão do artigo 60.º da mesma Lei.
- d) Submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual;
- e) Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Em anexo: Proposta de Estatutos e Relatório Financeiro de Suporte à Criação da Associação de Municípios do Barreiro e Moita.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Crê que é do conhecimento de todos, e foi referido pelo menos aquando da elaboração do orçamento, que está em construção um projeto intermunicipal entre a Moita e o Barreiro que visa a criação de instalações novas que acolham os animais dos dois municípios, no caso concreto cães e gatos, no âmbito das suas competências e atividades nesta matéria.

Atendendo a que quer a Moita quer o Barreiro tinham os seus canis municipais em instalações muito exíguas, com muitas limitações, e ambas se debatiam com a necessidade de fazer um investimento

significativo para dotar os respetivos municípios de uma instalação adequada, entendeu-se, em boa hora, avançar com um projeto comum, o qual julga ser um magnífico exemplo daquilo que pode ser a cooperação intermunicipal, projeto esse que está em execução, está praticamente terminado e que em breve irá ser inaugurado.

A questão que se coloca agora é a de estabelecer os processos para a gestão desse equipamento em que, depois de uma análise profunda e de um debate que durou algum tempo entre os serviços jurídicos das duas autarquias, os vereadores e os técnicos que acompanham esta matéria, acabou por se concluir que a melhor solução para assegurar a gestão deste equipamento era a criação de uma associação de dois municípios, mas não é caso inédito porque existem diversos exemplos por todo o país, porque é a forma de assegurar a gestão, a direção e, uma coisa que é fundamental, que é a repartição dos encargos decorrentes do funcionamento.

O que se propõe é exatamente que seja aprovada a constituição da associação para a gestão da “Quinta do Mião”, que é o nome que foi encontrado para aquele equipamento, através de uma associação de municípios de fins específicos cujos estatutos agora se propõem.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD.

6 – Atos da Câmara

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse ter três assuntos que quer trazer ao conhecimento da Assembleia em que o primeiro tem a ver com um tema que já abordaram hoje que são os transportes. Como é do conhecimento de todos a Câmara Municipal da Moita e a Câmara Municipal do Barreiro estabeleceram um protocolo com vista ao alargamento de duas carreiras dos Transportes Coletivos do Barreiro (TCB) ao território da Moita, mais concretamente a parte dos territórios das freguesias da Baixa da Banheira, Alhos Vedros e Vale da Amoreira, uma vez que não é uma rede tão capilar como no Barreiro.

Como também é do conhecimento os Transportes Sul do Tejo (TST) sentiram-se incomodados no seu monopólio e intentaram providências cautelares, uma contra cada um dos municípios, alegando prejuízos à concorrência e diversos outros argumentos, razão pela qual tem grande satisfação em anunciar que as duas providências cautelares já foram indeferidas e estão a aguardar o trânsito em julgado dessas decisões para poderem avançar para a concretização do protocolo.

No entanto, importa terem consciência que o assunto não vai terminar aqui porque os TST certamente, até porque têm as ações principais a decorrer, irão tentar fazer prevalecer os seus argumentos tal como os municípios da Moita e Barreiro continuarão a fazer prevalecer os seus, porque desde o início entendem que têm a lei, a razão e a moral do seu lado, sendo que esta primeira decisão do Tribunal veio-lhes dar razão nesse aspeto.

O segundo assunto prende-se com a reunião que teve na passada semana com a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna relativamente ao Quartel da GNR na Moita, a qual lhe transmitiu que o Ministério está confrontado com dificuldades decorrentes dos compromissos assumidos pelo anterior governo e das restrições orçamentais que, naturalmente, continuam a ter, o que impede a construção, para já, do novo Quartel, pelo que não se pode comprometer com uma data mas que antes de 2018 será impossível.

Todavia, pretende que se concretize o mais rapidamente possível o protocolo que estava já pré-acordado com o anterior governo, para a permuta entre um terreno municipal onde será construído o novo Quartel da GNR e o anterior quartel dos Bombeiros, atualmente propriedade do Ministério da Administração Interna e que será transferido para a Câmara porque, tal como já tinha sido discutido, o Ministério e o gabinete técnico do Ministério que acompanha esta questão da construção das instalações para as forças

de segurança entendem que a construção de raiz é mais adequada e mais eficiente, também do ponto de vista económico, do que a recuperação ou a adaptação de instalações, pelo que não pretendem utilizar aquele espaço e daí ter surgido esta questão da permuta.

Importa também que fique muito claro que esta permuta é a contribuição da Câmara para a resolução mais rápida possível de um problema, mas é o assumir, também pela Câmara, de um novo problema, porque vão ficar na posse de um edifício que já está degradado e sem recursos financeiros, porque como todos sabem o dinheiro não está a “nascer em nenhuma árvore aqui do largo”, pelo que não será fácil terem uma solução para aquele edifício, embora tenham ideias.

Como terceira e última nota informou que se realizou uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto e o Secretário de Estado da Saúde em janeiro, sobre a questão das instalações e do Serviço Nacional de Saúde no concelho, com maior incidência na questão do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, que tarda décadas a construção de um equipamento adequado e de raiz.

Na altura, estando o governo há pouco tempo em funções, foi dito pelos Secretários de Estado que estavam a avaliar a questão, que tinham informações, que ficaram atentos e despertos perante o relato da realidade que a Câmara, acompanhada por um representante das Comissões de Utentes, fez. Nessa mesma reunião entregaram um pequeno memorando tendo-lhes sido dito que estavam a avaliar a situação e que não era ainda possível, porque não havia sequer orçamento de Estado feito, dar prazos ou assumir compromissos mas que, ultrapassada esta fase, isso iria acontecer.

Concluiu dizendo que foram surpreendidos quando na semana passada viram uma notícia de que o Governo tinha decidido dar prioridade à construção de dois equipamentos de saúde no distrito, que não o da Moita, pelo que de imediato solicitaram uma reunião ao Secretário de Estado Adjunto para obterem informação sobre qual a previsão do Governo para a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira.

Colocado o relatório à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Fabrício Pereira do PS

Começou por falar nas ruas da urbanização do Estuário do Tejo porque onde deveriam estar espaços verdes estão espaços de mato e de ervas. Todos os anos sabem que aquilo cresce, e já está numa situação desconfortável para quem ali mora e para quem ali passa, pelo que poderão responder-lhe, como provavelmente já aconteceu noutra situação, que são terrenos de privados, mas tem de se queixar é à Câmara porque não sabe quem é o dono dos terrenos para se queixar a ele. Pensa que pelo menos uma intervenção no corte daquelas ervas e na limpeza dos passeios, num bairro novo em que cada vez mais os arruamentos estão em degradação, seria um “limpar de cara” bem feito pela Câmara.

Abordou o programa “Abre a Bagageira”, o qual considera ser uma excelente iniciativa, porque achou de muito bom-tom e de muito bom agrado este tipo de iniciativa que foi criada no concelho, sendo que neste mês não teve vaga mas ainda bem porque estava a chover e eram € 4,40 que “deitava fora”, mas achou interessante participar e tentou inscrever-se tendo sido informado que só existem trinta vagas para esta iniciativa, pelo que sugeriu alargar este número de participantes a quarenta ou cinquenta, para que este tipo de iniciativa não acabe como aconteceu em tempos com uma iniciativa idêntica que era feita junto à Praça do Comércio. Sugeriu ainda que se voltasse a fazer na zona da Caldeira, por trás da Câmara, onde foram feitas as primeiras, mas isto com um maior número de participantes, sem impor este limite de apenas trinta, deixando esta iniciativa crescer, dando-lhe força e quem sabe até ganhar um nome ao nível distrital.

Continuando disse que todos os anos, a seguir às festas de setembro, falam aqui nesta Assembleia nas mortes que ocorrem na Avenida Teófilo Braga em virtude de pessoas que são “furadas” pelos touros na largada, pessoas essas que, na sua grande maioria, não têm o hábito de tentar fazer mal a um animal daqueles, pelo contrário, são pessoas que são apanhadas despercebidas, ou porque estão alcoolizadas ou porque se estão a divertir, pelo que gostava de deixar uma sugestão ao executivo camarário para que este ano, na Feira de Maio, que é muito mais calma que a festa da Moita, avalie e pondere a hipótese de colocar proteções, e pensa que é do conhecimento de alguns que não são só as embolas que protegem a córnea dos animais porque existem outras formas de as proteger para que não provoquem perfurações no ser humano.

Atendendo a que hoje em dia já ninguém anda ali, como sucedia há trinta anos atrás em que andavam todos de roda dos animais e matavam-nos, porque eles hoje em dia morrem mas pelas duas horas de

largada e não por haver pegadas, sendo que se houvesse pegadas até gostava, desde que não houvesse o perigo de perfuração, porque provavelmente toda a gente se ria mais um bocadinho e aquilo tinha outro ânimo e porque, como moitense, pensa que as largadas, de ano para ano, estão a perder o “sal”, o “tempero” que tinham antigamente. Deixou esta sugestão para ver se conseguem mudar um pouco as mentalidades e para dar outra segurança às pessoas, porque apesar de ser óbvio que só vai para lá quem quer a verdade é que se ninguém for não há festa.

Referiu o mau estado do largo em frente ao Centro Náutico porque já é quase impossível ir para lá com viaturas que estejam um pouco rebaixadas, bem como já começa a ser difícil com viaturas normais, uma vez que os buracos são muitos e, aliada a esta situação, está a falta de iluminação e as ervas que ali crescem, tal como já sucede na Caldeira, onde já estão a crescer gramateiras e ervas por todo o lado que dão má aparência àquele local para quem ali chega para visitar aquela instituição ou para ir à beira rio. Pensa que é uma grande mais-valia do concelho, que a “porta” tem que estar com outro tipo de apresentação e que fica sempre bem dar outro aspeto à zona ribeirinha da Moita.

Relativamente à intervenção do Sr. Staline disse que achou aquele documento interessante e que desconhecia que em 1969, 63 ou 73, que existiam vinte e sete pessoas da Moita recenseadas. É da Moita desde 76, ano em que nasceu, e vê que de ano para ano, umas porque desconhece e outras porque vai esquecendo, não consegue transmitir estas informações à sua filha que tem oito anos, reside na Moita, mas que não sabe ou tem pouco contato com as culturas que esta terra já teve, como é que esta terra surgiu, do que vivia, como cresceu até aos pontos de hoje e todas as vivências que nela estiveram envolvidas.

Quando há pouco o Sr. Presidente falou no antigo quartel dos bombeiros, e porque já tem considerado nisso, pensou que se poderia criar um museu do concelho e dos seus antepassados, mas um local onde se possa estar uma, duas ou três horas lá dentro e ter de tudo, inclusive envolvendo a própria população porque acredita que hajam muitas pessoas que têm bens que pertencem à história deste concelho, guardados em garagens, sótãos, em barracões ou em gavetas, as quais, se lhes for dada a hipótese de colocar os seus bens nesse museu, obviamente que com o devido reconhecimento pela autarquia a essas pessoas perante a cedência dos seus bens a esse museu, o farão.

Concluiu dizendo que pensa que se poderia fazer uma coisa muito gira no concelho e ter sempre as nossas raízes ali presentes para que as possam transmitir aos filhos e, se lá chegarem, aos netos e aos bisnetos, sem perderem esta identidade, sem se resumirem simplesmente às largadas, enquanto elas forem havendo na Avenida, se o PAN não causar dores de cabeça com estas coisas, ou às canoas, que são muito importantes, mas há muito mais por trás disto, há muito mais informação e registos que devaim fazer parte da nossa identidade.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Começou por pedir que lhe permitissem fazer um reparo ao que o seu amigo de bancada referiu sobre o número de recenseados no ano de 73. Naturalmente que não tem aqui o número de inscritos mas disse que nas eleições de 69 o concelho da Moita foi o segundo onde a oposição teve o melhor resultado com 61%, quando a média de oposição no país foi de 8% e houve apenas um concelho que teve uma votação maior que foi o Barreiro com 62%, naturalmente que este número deverá estar errado.

A título de curiosidade disse que foi preso no ano de 69 e aquando das eleições desse ano, que se realizaram nesta sala em que o poder estava todo instalado na tribuna, foi o mandatário e esteve aqui com um caderno nas mãos a fazer a descarga dos votos quando uma pessoa simpática do poder lhe ofereceu uma cadeira para se sentar, porque nem isso tinha.

Reiterou que o concelho da Moita em 69, e tem orgulho nisso como também tem orgulho em ter hoje o efeito em termos económicos pela pensão que lhe é dada pelo Estado por estas e outras razões, teve uma votação de 61%, tendo lamentado não ter aqui os números relativos às eleições de 73, mas as eleições de 69 têm uma evidência histórica que levaram a que tenha na sua posse um livro de 500 páginas que traduz todos os dados.

No seu pensamento de hoje referia o concelho da Moita, em termos históricos, pelos dez anos antes do 25 de Abril, isto é, a resistência do concelho contra a ditadura, depois o tempo da Comissão Administrativa, sem nenhuma vaidade mas resulta também de um escrito feito pelo seu ex-vereador José Luis Lopes Pereira “O Tempo da Comissão Administrativa”, depois os primeiros vinte anos do Poder Local no concelho da Moita e os últimos vinte anos do Poder Local no concelho da Moita, sendo que aqui há uma distinção que não tem a ver apenas com a gestão política do concelho mas tem a ver com todo o país.

Podia referir a participação do povo no pós 25 de Abril porque eram milhares os operários, principalmente na época do verão, que vinham da fábrica com oito horas de trabalho e iam trabalhar na comunidade. A título de exemplo disse que a escola de Alhos Vedros foi construída pela população, tal como a maior parte dos esgotos, parte elétrica, etc., ainda que com o apoio da Câmara ao nível técnico e económico, ou seja, houve uma imensidade de trabalhos que foram construídos pelo povo desta terra, e quem é que está hoje disposto a isso? O mundo mudou.

E, como o mundo mudou, questionou diretamente a Câmara sobre o problema da falta das atas porque a única coisa que lhe resta desta sua participação é o que está escrito nas atas. Sem isso não tem elementos e muitas vezes as conversas surgem, como é natural e, como normalmente não trás escritos e fala de improviso, é muito agradável para si, passado um mês ou dois, ir ler aquilo que disse em determinada assembleia, porque das suas palavras nunca resulta má intenção, mas tem um sentido político e como o seu sentido político é da oposição o que pretende é utilizar esse elemento da oposição. Quando há pouco falou aqui da falta de transparência alteraram o sentido das suas palavras, porque o que disse foi que poderia causar esse sentido nas pessoas, mas para si não tem esse sentido.

Ainda sobre as atas disse que não entende, numa Câmara que tem ao seu serviço mais de cem trabalhadores não operacionais, isto é, trabalhadores de gabinete, este atraso pelo facto de uma menina estar doente, ainda que lamente essa doença.

Outra questão que pretende colocar prende-se com o facto de, na saída da Moita para os Quatro Marcos, para o Modelo, que passa próximo dos bombeiros, na semana passada ter ficado surpreendido pela artéria estar interrompida e estarem lá umas máquinas a cortar árvores e depois, passados dois, três dias teve acesso a essa via e verificou que as árvores estavam transformadas em lenha, na berma da estrada, e ficou incomodado porque as árvores também são suas, não são da Câmara, são dos cidadãos da Moita.

Ficou incomodado e, exatamente por ter ficado incomodado, procurou saber o porquê tendo-se dirigido aos serviços onde foi informado pelo senhor engenheiro que uma das árvores tinha caído sobre a estrada e, como uma das árvores tinha caído sobre a estrada, a Câmara decidiu, radicalmente, cortar todas as árvores que lhe estavam próximas. Havia um número de árvores frondosas que compunham aquela artéria que agora está tão careca com o próprio, pelo que considera que este problema das árvores tem que ser encarado de forma diferente.

Quando obteve esta resposta disse que esta informação que a Câmara lhe deu foi a mesma que em Lisboa deram aos cidadãos onde caíram as árvores, ou noutras cidades do país, ou seja, isto não se passa só na Moita a resposta é que é sempre a mesma. A grande diferença é que em Lisboa e nas grandes cidades a população foi lá saber o que é que se passava e aqui na Moita, segundo lhe disseram, a única pessoa que lá foi falar das árvores foi o próprio. Isto leva-o a pensar, e a admitir, que há uma ausência de cidadania no concelho que é doentia, é doentia, porque na Moita tudo isto se passa sem que a população se manifeste, sendo esta uma questão que também o preocupa.

Se porventura a Câmara fosse utilizar o mesmo método que utilizou naquela artéria então teria muitas árvores por cortar, porque logo na rotunda acima estão árvores e porque na proximidade das estradas, quer dentro da vila quer também na parte rural, há milhares de árvores, e não têm radiografias para analisar o estado de saúde das raízes. Esta foi também a resposta que lhe deram no derrube de um frondoso plátano no Parque da Moita, como foi também a resposta que lhe deram no derrube de um frondoso plátano no Clube Náutico, razão pela qual pediu à Câmara que tenha atenção com o problema das árvores.

Todos viram há poucos dias na televisão o Presidente da República e o Primeiro-Ministro a plantarem uma árvore como exemplo, e o próprio também viu esta semana uma fotografia, de uma das câmaras aqui próximas mas que agora não tem elementos, com uma quantidade de juventude a plantar árvores, logo as árvores são tão necessárias como o ar que respiramos. Por já ter feito, numa das sessões anteriores, uma referência às árvores pediu atenção à Câmara, mais uma vez, para que não seja tão generosa no corte das árvores.

Por último, referiu a limpeza das ruas, tendo deixado o seu reparo positivo aos trabalhadores que se encarregam da limpeza das ruas do concelho, mas disse que também gostaria de ver um dia, talvez por ser um sonhador e porque não percebe como é que no tempo atual se permite que andem milhares de homens na recolha dos lixos dos contentores, porque este problema não é só na Moita, pendurados na parte de trás de um veículo, com todas as agruras dos nossos invernos, à chuva e ao vento, sem que ainda alguém neste país pensasse que aqueles trabalhadores não podem viver assim, têm que ter umas cabines, e com os materiais de que o homem hoje dispõe, diversos, materiais adequados, gostaria de ver na Câmara da Moita, amanhã, estes veículos com essa proteção.

Concluiu dizendo que acredita quando a Câmara fala aqui sobre o seu respeito pelos trabalhadores, até porque faz parte de uma génese do próprio partido que os envolve e que o envolveu há muitos anos, mas fica de facto preocupado com o sofrimento daqueles trabalhadores, e trabalhadoras, mas aqui não há nenhuma razão para fazer discriminação.

Sr. Luis Morgado do BE

Começou por dizer que os tempos mudaram e, naturalmente, as dinâmicas também, mas vai fazer aqui um reparo porque conhece a dinâmica associativa que envolve, nomeadamente, a Baixa da Banheira, Alhos Vedros e também já o Vale da Amoreira, e sente-se bem por lá, mas já aqui na Moita a dinâmica é diferente.

Apesar de já não ir lá há muito tempo disse que visitou muitas vezes o País Basco e que lá, em determinadas situações, naquelas assembleias populares, vive-se um bocado a atividade das pessoas, como aqui se vivia em 75, 76, 77, que quando compara até fica com saudades e, às vezes, há sintomas que encontra na Baixa da Banheira e em Alhos Vedros, em algumas das iniciativas, em algumas das associações. Aqui na Moita fica um bocado triste, está a ficar triste em relação à Moita, à sua terra, mas vai ficar por aqui porque depois há alguns aspetos que vão a “talho de foice”.

Sobre a referência do Staline às atas disse que acha que as atas melhoraram um bocado desde o último mandato até hoje. Não sabe se foi por efeito do Sr. Presidente, porque acha que ele não perde muito tempo com as atas, mas acha que elas melhoraram um bocado porque antigamente abstinha-se em relação às atas e agora nem tanto, mas desde que não expressem lá exatamente o contrário do que disse não fica chateado, mas se aqueles pruridos literários, que por vezes também surgem, não aparecerem lá também não fica chateado, conquanto que não seja o contrário do que disse.

Sobre a questão das largadas, e lá está, a sua terra que ganhou uma dinâmica incrível, a praça de touros é um “trinta e um” e está a “lixar” esta dinâmica porque gostava mais que ela fosse um bocado em índices, como encontra em Alhos Vedros e na Baixa da Banheira, mas a praça de touros chateia isto. Ora, é contra a proteção dos cornos dos bois e o que mais faltava agora era esta Assembleia determinar, aconselhar ou votar um parecer sobre os cornos dos bois. Quer que se “lixar” porque é a única coisa que o boi tem para se defender e quem gosta daquilo gosta que o toiro seja toiro, senão acabam as largadas e quem quiser que vá para lá. Este é um problema porque o que mais falta agora é aumentar a tortura do toiro, essa não, mas esta questão dos toiros quebra a dinâmica cultural, ativa e revolucionária.

A título de exemplo disse que na Moita não, excetuando o pessoal de Sarilhos Pequenos que já o convidaram para fazer umas pinturas num mural, mas que na Baixa da Banheira é à fartura e, às tantas, se aceitasse os convites populares do Bairro Gouveia, da zona toda de Alhos Vedros, das Arroteias e por aí fora não fazia mais nada, e está a falar de trabalho voluntário, revolucionário, como se fazia em 74/75/76, não está a falar de coisas orçamentadas.

Uma questão que quer que lhe expliquem, e não o vão “desancar” pelo facto de colocar questões, tem a ver com o estacionamento, e chateia-se com estas coisas do estacionamento e com a hipocrisia que existe no trato destas coisas, mas acha estranho ver, porque já viu, carros estacionados ao fim de semana na parte da Caldeira que fica ao lado dos “chuveiros”, sendo que até tem dúvidas que aquele chão esteja adequado para grandes pesos e a estacionamento sucessivo, quando durante a semana essa zona está fechada, pelo que gostava que lhe explicassem isso.

A outra situação, como o Staline aqui referiu, prende-se com o facto de ter contado, e às tantas chateou-se de o fazer, trinta eucaliptos, alguns dos quais de certeza que há sessenta e quatro anos, que é a sua idade, já estavam subdivididos em três e, como também vai tendo alguma experiência em relação a árvores, disse que não notou doença grave naqueles eucaliptos, apenas algumas manchas num ou noutro que, porventura, pudesse ser um sintoma que justificasse o seu abate. Mais, recorreu a alguém que sabe mais do que o próprio e de facto, por questões de doença, não justificava arrancar aqueles eucaliptos.

Porém, também a linha de água nunca foi afetada, ainda que o eucalipto às vezes “lixar”, mas a malta bebeu, o próprio ainda bebeu daquela mãe d’água, porque morou no Poço das Bravas, pelo que não percebe porque é que aqueles eucaliptos que ainda estavam distantes da estrada foram todos cortados mas pretende que lhe expliquem, e bem, para conseguir perceber. Isto, porque também há uma moda aqui, e ainda por cima sabe que os trabalhadores da Câmara, porque alguns deles têm-no socorrido em explicações, porque não arranjou trabalho para nenhum, nem biscates, mas em explicações, são gente em quem confia e que sabem exatamente o que é podar uma árvore e decapitar uma árvore, como também estão lá bons técnicos que sabem isso.

Há aqui agora um esquema de poda que faz lembrar a decapitação e não é assim, porque é evidente que uma coisa é uma planta ser moldada em termos urbanos, porque nos tem de servir sem nos prejudicar, outra coisa é uma planta da floresta, sem dúvida, então que se comece também, quando há um projeto ou uma substituição de árvores, a pensar o tipo de planta que lá se põe, o local, a distância, quer da berma da estrada quer dos prédios, mas que se tenha tudo em conta, para não estarem a observar esta calamidade toda que julga resultar deste pensamento mas que, no entanto, acha que se está mesmo a exagerar porque nalguns casos não é podar as árvores, é mesmo decapitar. Há qualquer coisa aqui que não anda bem, e ainda por cima não é por falta de técnicos nem de gente com saber, saber de facto, porque a Câmara da Moita, felizmente, os tem.

Outra explicação que pretende obter tem a ver com o facto de ter lido no jornal, e não sabe se foi o Sr. Presidente que o afirmou, uma frase que diz que a romaria recomeçou em 2001 setenta anos depois de ter acabado e daí gostar que alguém lhe demonstrasse, em termos históricos, exatamente que romaria é esta e como é que isto foi, conquanto ninguém o venha chatear por causa disto, porque aprecia aquilo, aquilo é bonito, infelizmente um bocado com um pendor religioso forçado, mas podia ser uma iniciativa pagã que era sempre bonita, sem dúvida que é bonita, e onde até viu e saudou amigos que não via há algum tempo.

Gostava também de ter uma explicação porque há algum tempo um cientista, e uns amigos ali no Centro Náutico, como não tinham mais argumentos sobre aquela história do círio que ali apareceu para aqueles com que os confrontou, disse-lhe assim "*epá Morgado uma mentirazinha não faz mal nenhum*", e assim andamos. Por exemplo, ainda hoje se vai agraciar o Luís de Camões quando o que está lá é uma carrada de ossos e nenhum deles é do Luís de Camões, e isto está provado na história. Têm-se dúvidas se é o Vasco da Gama que lá está e está provado na história. Porque esta mentira? Porventura isto corresponde à memória de pessoas deste nível? Não, é uma mentirazinha.

Começa-se a ter uma situação em que nada acaba, se as pessoas gostam daquilo nada acaba, se um conjunto de pessoas, em termos de fé, querem criar um círio criem mas dizer que estão a repor uma tradição não. É bom começarem a retificar isto porque senão qualquer dia andam-se a aldrabar uns aos outros e o que sobra para os netos é uma coisa muito feia, e podia multiplicar mas nunca mais acabava com isto.

Continuando disse que gostava que aparecesse uma explicação exata, correta, em termos de memória descritiva no plano ético, estético e até no plano gráfico, que sustentasse a opção do novo logotipo da Câmara. Não está em causa a sua apreciação se gosta ou não gosta, o que gostava é de perceber porque é que chegaram a esta imagem gráfica, que supõe traduzir-se em imagem corporativa, tendo em conta o município pela sua dimensão, porque isto vai ser aplicado no jornal, nos folhetos, nas viaturas, em todo o lado. Estão portanto a falar de uma imagem corporativa e gostava que isso lhe fosse explicado.

Concluiu dizendo que quer que estas explicações lhe sejam dadas como membro da Assembleia mas não quer ser desancado por ninguém por causa de alguma questão que, na opinião de alguns, possa ter colocado que seja menos favorável.

Sr. Eduardo Teixeira da CDU

Começou por dizer que é sempre bom virem aqui, principalmente para um adotado neste concelho, ouvir ao longo destas assembleias estas lições de história mas, centrando-se na questão dos atos da Câmara, disse que, às vezes, fica um bocado admirado e só pediu a palavra para intervir para não saírem daqui com a ideia que isto é uma negritude total neste concelho, e não está a falar da intervenção anterior, mas às vezes dá-lhe aquela sensação que isto é tudo negro, tudo negro, tudo negro.

Reportando-se ao relatório da atividade municipal disse que se falou muito aqui da ausência de cidadania, de falta de democracia, de participação, de transparência, pelo que foi rever o relatório e na realidade está tudo tão claro como a água, toda a atividade desenvolvida pelo município está ali, onde foram, com quem reuniram, o que fizeram, quanto gastaram e até diz, por exemplo, que gastaram vinte e dois mil euros em refeições escolares, e isto é grave, são coisas escuras que estão aqui neste relatório.

Pediu a palavra mesmo para falar das coisas positivas que vê acontecer neste concelho pelo que se admirou de não se falar aqui no Fórum da Juventude, que vai na sua quarta edição, ou de mais uma Quinzena da Juventude, porque já não sabe em quantas edições vão, mas também só cá está no concelho há quinze anos.

Quanto ao dinamismo do movimento associativo deu dois exemplos, o do Clube Náutico da Moita e o do Beira-Mar Gaiense com o arranque das suas atividades náuticas, portanto coisas positivas que estão a

acontecer no concelho e que contam com o apoio quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia, que também fazem o seu papel.

Quando se fala da cultura e da memória desta terra, e tem tido o cuidado de quando se integra num sítio qualquer, e está a ser integrado neste local, de se informar da história e da cultura, e há sítios para saberem isso, como por exemplo o núcleo museológico João José na Baixa da Banheira que é um sítio onde podem saber a história dos trabalhadores e do povo da Baixa da Banheira, ou o Boa-Viagem, que é um museu em movimento, porque fazer uma viagem daqui para Lisboa como o próprio já teve a sorte de fazer e de trazer amigos serranos para fazerem essa viagem, é conhecer também as tradições e a cultura deste povo, ou o Sítio das Marinhas que tem um documento escrito excelente e que, para quem não pode ir ao local ver, está para todos verem na internet.

Acha que a cultura aqui está viva e está em movimento e que até na própria nova imagem do município, que quanto a si está ao seu gosto, independentemente de ter sido feita pela Câmara, vê alguma simbologia porque vê um barco e vê algo relacionado com a natureza, logo algo que identifica este concelho, para si identifica claramente este concelho, a parte do Tejo e a parte do campo.

Deu ainda os parabéns pela continuação da questão da imagem no *site* que também está bastante melhorada e sugeriu, para que fique ainda mais bonito, que fosse colocada uma fotografia desta sessão da Assembleia que, pelos cravos, está muito bonita.

Não contem por isso com ele para falar da negritude, até para irem hoje para casa mais animados e passarem um fim de semana em grande, porque é sempre um fim de semana de que gosta e o 1º de Maio está aí e têm de ir para a rua.

Para terminar destacou duas questões que lhe agradaram bastante, enquanto utilizador, ver concretizadas na freguesia onde mora que são, em primeiro lugar, a renovação da ciclovia do Rosário, que pensa que já estava algo degradada e que é bom para os milhares de utilizadores que vê ali aos fins de semana, sendo que o desporto também é isto, o desporto não é só terem equipas na primeira divisão ou terem supercampeões, o desporto é saúde e é uma coisa muito mais alargada e, em segundo lugar, o facto de estarem a ver “crescer como cogumelos”, no bom sentido, os equipamentos de ginástica de rua, o que lhe parece ser uma iniciativa positiva e, portanto, se calhar as coisas não estão assim tão negras.

Exemplo disso é mesmo o jornal do município que tem imensas iniciativas, ou o facto de a Moita ter um percurso turístico audiológico, que se calhar alguns dos presentes nem sabem que tem, e que foi apresentado na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, que é a maior feira de turismo do país.

Concluiu dizendo que não tendo perguntas em concreto quis deixar estas observações para tentar deixar este cenário mais brilhante, porque o “fim de semana vai ser de sol, acreditem”.

Sr. Luis Chula do PS

Disse que quando se circula de automóvel da Avenida para a Rua de São Sebastião, ou seja, quando se chega ao cruzamento em que ou se desce para o centro da vila ou se vira para a zona do cemitério, ou para o Bairro São Sebastião, aquilo que se verifica é que há uma dificuldade em perceber os automóveis que surgem quer de cima, da zona do Chão Duro e São Sebastião, quer aqueles que circulam vindos de baixo, da zona do cais, pelo que sugeriu que fosse colocado um espelho, ou até dois para que fique um voltado para cima e outro para baixo, na parede frontal a esse cruzamento por forma a ter uma perceção que permita ver se se pode entrar à vontade naquele cruzamento ou não.

Perguntou ainda ao executivo sobre a veracidade do conteúdo de um vídeo que anda a circular nas redes sociais e que mostra o armazenamento de óleos domésticos usados no cemitério do Vale da Amoreira, para saber se estão na presença de um facto ou de algo inventado.

Sr. Carlos Albino do PS

Começou por alertar, e já o tinha feito informalmente junto do vereador Romba, para o estado das paragens de autocarro, nomeadamente na Avenida José Almada Negreiros, sendo que a que fica em frente à pastelaria “Princesa” está francamente degradada, com as bases completamente ferrugentas e porque aquele abrigo pode representar um perigo para quem espera o autocarro.

Quis ainda dar conhecimento aos restantes membros da Assembleia que, pese embora não tenha recebido resposta ao requerimento que apresentou, em nome do PS, relativamente ao edifício na Rua Gil Vicente, esse edifício já foi alvo de intervenção e encontra-se vedado impossibilitando, em parte, o livre acesso ao seu interior.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder às questões apresentadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Relativamente a todas as questões colocadas sobre necessidades de intervenção ao nível das ervas e dos pisos, informou que tomaram a devida nota e que intervirão assim que for possível, mas não pode deixar de referir, sempre, que têm limitações de pessoal severas e isso, inevitavelmente, tem consequências e a partir desta altura do ano começam a acontecer duas coisas em simultâneo em que, por um lado, é altura de fazer este tipo de limpezas de corte de ervas, da desmatação, da aplicação de herbicidas e, por outro lado, dentro de um mês ou dois vai iniciar o período de férias, começa a pressão das festas e de uma intensa atividade quer das festas populares quer do movimento associativo, e isto tudo converge para dificuldades acrescidas e em não conseguirem, em algumas situações, dar a resposta tão atempada como seria desejado.

Sobre a questão do museu disse que é fácil, natural e salutar ter anseios, ter sonhos, ter desejos de ver determinadas coisas concretizadas mas têm que se confrontar, sobretudo o executivo, com outra coisa que são as realidades e, entre o sonho e a realidade, vão distâncias muitas vezes largas. A realidade é sempre a mesma, é o princípio fundamental da gestão que é adequar, gerir, alocar recursos às necessidades, às obrigações e às tarefas que se têm que cumprir, mas continua à espera, e já está na Câmara há uns anos, do dia em que os senhores que têm muitos sonhos cheguem aqui, perante uma proposta de orçamento, e proponham “não se faça isto para se fazer o meu sonho”. Já está cá há muitos anos, continua há espera desse dia e ainda tem uma ligeira esperança de não se ir embora sem que isso aconteça uma vez.

Quanto à falta das atas disse que existe uma explicação simples, mas fazer uma afirmação dizendo que há cem pessoas na Câmara que não são operacionais, se calhar até há mais mas, pelo menos enquanto vivermos num estado de direito democrático em que as pessoas têm profissões, não põe o engenheiro a fazer a ata, não põe o advogado a fazer a ata, não põe a senhora que está no atendimento das águas a fazer a ata, não põe. Quem põe a fazer as atas são as três funcionárias que aqui estão e que tiveram o “azar” de ter dois processos eleitorais de seguida, e são elas que fazem todo o processo eleitoral, e a consequência disso foi o atraso das atas. Já tinham tido um atraso no início do mandato que tinham conseguido recuperar, mas neste momento atrasou-se muito e estão com um atraso de nove meses mas estão a começar a recuperar e esperam, dentro de alguns meses, talvez dois ou três, conseguir, no essencial, recuperar este atraso, mas a razão é que as pessoas são as mesmas para tarefas diversas.

Sobre a questão do corte de árvores e de se dizer que isto acontece em diversos municípios e que a resposta é sempre a mesma, disse que admitia a possibilidade da resposta ser verdadeira e que é por isso que é sempre a mesma porque, efetivamente, as árvores são seres vivos que crescem e que envelhecem e, a partir do momento em que envelhecem, têm riscos e os eucaliptos são árvores com riscos porque, quando são antigos, largam com muita facilidade pernasadas de grande porte e não podem correr esse risco porque senão o discurso que hoje fizeram sobre esta questão, suave, seria um discurso extremamente mais duro e, nesse caso, até justificado caso caísse uma perna em cima de alguém, houvesse um acidente grave ou uma situação do género.

Ali, perante o aconselhamento técnico, em face de uma ter caído e outras que podiam estar em risco, porque são árvores com muitos anos e uma vez que os eucaliptos não são árvores protegidas, foi essa a opção. Como todas as opções é sempre criticável, pessoalmente também não gosta nada de ver cortar árvores, e isto prende-se aliás com outra questão que também foi colocada sobre as podas, porque a questão da gestão das árvores e da convivência das árvores com o meio urbano não é uma questão fácil de gerir.

O discurso que aqui foi feito sobre as podas demasiado intensas é exatamente o contrário do que fazem as pessoas que moram nos sítios, que reclamam sistematicamente para que se façam podas muito intensas, porque a verdade é que há grandes pressões, no seu entender às vezes mais justificadas outras menos, ou porque a árvore cresce, ou porque tapa, ou porque têm medo, ou porque largam folhas para os algarozes, enfim, por um vasto conjunto de razões já para não falar daquelas razões mais difíceis de acolher de que as árvores são um problema porque causam alergias, quando de facto não são as árvores que causam alergia, alergia é uma doença que se tem.

A gestão deste equilíbrio entre ter árvores no meio urbano e ter as pessoas e a aceitação da existência das árvores, nem sempre se consegue que seja a contento de todos e, efetivamente, já tiveram uma época

em que as podas eram bastante mais ligeiras mas também é verdade que entretanto passaram dez ou quinze anos e as árvores cresceram e hoje, para que elas se mantenham no meio urbano sem provocar problemas, as podas têm que ser, nalguns casos, mais intensas.

No que concerne à questão dos trabalhadores da recolha do lixo do município, aliás como todos os trabalhadores do município, disse que têm os equipamentos de proteção, têm os fardamentos adequados e usam as ferramentas de trabalho que existem no mercado, não há outras. Não têm ninguém dedicado à invenção de novas ferramentas, são as que existem, designadamente os carros de recolha são assim, é a maneira prática e eficaz de fazer. Têm os mecanismos de segurança que são necessários e os trabalhadores têm o seu fardamento, as suas proteções para a chuva, as suas botas de proteção, têm luvas, têm máscaras, ainda que, por exemplo, saibam que há trabalhadores que nem sempre as utilizam e é uma opção das pessoas porque não se sentem confortáveis com a máscara, mas existem todos os equipamentos e todas as regras de segurança e higiene no trabalho são cumpridas.

É evidentemente um trabalho muito duro e só é pena que quarenta e dois anos depois do 25 de Abril, e depois de não sei quantos governos constitucionais, não tivesse havido um que tivesse tido a dignidade de reconhecer a dureza deste trabalho e que tivesse criado um subsídio de insalubridade, como durante décadas foi pedido pelas organizações representativas dos trabalhadores e pelo partido do qual tem o orgulho de pertencer.

Sobre a romaria informou aquilo que disse é a história que é contada desde o dia em que foi iniciada a romaria, não inventou nada, é o que foi contado por todos e pelos refundadores da romaria, portanto desde que recriaram a romaria em 2001 que a história que contam é esta, e o próprio não é historiador, nem conhece os documentos, logo não tem capacidade para a confirmar ou desmentir, mas se há algum membro da Assembleia que pode demonstrar que a afirmação é falsa então que o faça e alterá-la-ão. Até prova em contrário, e sendo esta a história que é contada desde o dia em que a romaria foi retomada, trata-se de uma reconstituição de um evento que foi praticado durante décadas, no início do século, e que há cerca de setenta anos tinha deixado de se fazer.

No que concerne ao novo logotipo da Câmara disse que o objetivo foi o de modernizar a imagem e, se fizerem uma breve pesquisa consultando os *sites* de municípios de norte a sul do país, verificarão que, nos últimos anos, houve uma grande renovação das imagens institucionais dos municípios, com linhas que vão no mesmo sentido que esta, portanto muito centradas no *lettering*, ou seja, sobretudo nas letras e abandonando aqueles desenhos e manchas de cor maiores, que foram tradicionais na altura em que o logo anterior do município foi adotado.

Perante esta situação, perante o desgaste que ao fim de trinta anos uma imagem tem, que acaba por passar despercebida, perante a dificuldade de aplicação em alguns suportes, entenderam que era oportuno criar um novo logotipo, uma nova imagem institucional, e fizeram um concurso de ideias entre os técnicos municipais de *design* do qual resultou esta imagem, que tem uma memória descritiva, que poderá facultar posteriormente para quem quiser conhecer, tem um simbolismo e, na sua opinião, pensa que está muito bem conseguido.

Uma precisão que lhe parece importante fazer relaciona-se com a colocação dos equipamentos de ginástica uma vez que tem sido uma iniciativa fundamentalmente das juntas de freguesia, naturalmente com o apoio da Câmara na sua colocação, o que tem sido mais um exemplo de uma boa parceria entre a Câmara e as juntas, mas neste caso o encargo maior tem cabido a estas últimas.

Sobre a questão do vídeo disse que dá pouca atenção às “jvardices” anónimas que aparecem na internet, e que por essa razão não o viu, pelo que questionou se quando dizem que os óleos estão no cemitério querem dizer que estão em alguma campa ou nalguma laje, ou algo do género, porque o que ouviu falar foi em óleos num armazém, e um armazém tem essa característica, curiosa mas uma característica, é que é lá que se armazenam coisas e aquele armazém, por acaso, guarda lá algumas coisas temporariamente. Tem ferramentas, tem materiais, tem coisas diversas, mas não há lá nada que tenha qualquer influência com a atividade própria do cemitério, porque não há lá ossos, não há caixões, não há nada disso, é um armazém dentro de um espaço municipal onde, temporariamente, enquanto não são transferidos para o seu destino final, se colocam lá alguns depósitos de óleo, como se podem colocar outras coisas.

Acha que fazer disto um caso político é extraordinário e das coisas mais absurdas que teve oportunidade de ver em todos estes anos, porque só mesmo aqueles senhores que não têm honestidade para mostrar a cara e assinar por baixo é que põem isto na internet, porque as pessoas honestas assinam por baixo, aquilo que diz no boletim municipal ou noutro sítio qualquer assina por baixo, mais complicado são os covardes que se escondem atrás do anonimato.

Por último, e no que concerne à questão das paragens, disse que é uma coisa que naturalmente têm que ter em atenção pelo que os serviços irão avaliar a necessidade de uma intervenção.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com trinta e um votos.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram uma hora e cinquenta minutos do dia trinta de abril de 2016.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário